

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIII • Novembro / Dezembro 2014 • Nº 87

DEFENDER A VERDADE HISTÓRICA HONRA AOS BRAVOS DA ROTUNDA!



Encontro de Militares
EMFAR?

Pág. 4

100º Aniversário da I Guerra Mundial
Entrevista com a Doutora
Maria Fernanda Rollo

Pág. 6

31 de Janeiro
Dia Nacional do Sargento

Pág.16

A Direcção da ANS e de O Sargento desejam à Família Militar

Boas Festas e um Ano Melhor!



UM MAU SERVIÇO...

E OS PERIGOS PARA A DEMOCRACIA!

Nas últimas semanas o país foi abalado por notícias, com grande estrondo, envolvendo banqueiros, elementos da cúpula do Estado e um ex-primeiro ministro, investigados e indiciados por práticas de crimes gravíssimos – corrupção, branqueamento de capitais, fuga ao fisco agravada, burla e falsificação de documentos.

Dada a gravidade das alegadas práticas criminosas, a dificuldade e exigência das averiguações e a proeminência das figuras envolvidas, seria desejável e importante que todos os processos se desenvolvessem num clima de serenidade e de confiança nas instituições, o que infelizmente não tem vindo a ocorrer.

É verdade que em democracia as instituições não estão, nem devem estar, fora do escrutínio popular, mas o que vem ocorrendo com o espectáculo produzido pela comunicação social, debitando em catadupa, com horas intermináveis de (des)informação, explorando a apetência natural para tudo o que é mórbido, procura essencialmente vender ao invés de informar.

Os portugueses teriam muito a ganhar, até para poderem formular as suas opiniões, se a comunicação social tivesse uma acção pedagógica, ajudando à compreensão da actual fase dos diferentes processos, que os investigados não estão acusados de nada, muito menos condenados, que se encontram-se apenas indiciados e que as medidas de coacção a que se encontram sujeitos, sejam elas a detenção, a prisão domi-

ciliária ou o TIR (Termo de Identidade e Residência), apenas servem para proteger as investigações para obtenção das provas que possam sustentar os indícios em sede de hipotético julgamento.

Não foi porém este o caminho escolhido e, ao não sê-lo, proporciona conclusões individuais de acordo com a proximidade ou afastamento que cada um tenha com os indiciados. Por norma, conclusões extremadas e cristalizadas, muitas vezes contraditórias à presunção de inocência que todos têm até que os processos transitem em julgado.

Se a presunção de inocência dos arguidos não pode, em caso algum, ser posta em causa, é bem verdade que a presunção da seriedade dos investigadores, magistrados e juizes envolvidos também não pode nem deve acontecer. O que se verificou em vários momentos foi exactamente o seu contrário, criando e alimentando dúvidas e desconfianças, fertilizando um terreno de descrédito das instituições de justiça envolvidas.

Neste aspecto, não é possível deixar passar sem uma veemente crítica as afirmações, e a forma como foram feitas, do Dr. Mário Soares junto ao Estabelecimento Prisional de Évora. Foi um mau serviço prestado à democracia por parte de quem tem o dever de a preservar, dadas as responsabilidades governativas que teve e o facto de hoje ser conselheiro de Estado. Independentemente da dor que o percorre e do seu estado de alma é-lhe exigido rigor e serenidade nas afirmações, não lhe podendo ser desculpadas reacções no mínimo

incendiárias.

Na situação de degradação da democracia que se vem vivendo, que tem levado centenas de milhar de portugueses a abdicarem da coisa pública (veja-se o crescimento permanente da abstenção nos últimos actos eleitorais), fruto da forma como os governantes, nas últimas décadas, têm chegado ao poder, prometendo uma coisa para logo que o detêm fazerem precisamente o contrário, num quadro de permanente guerrilha, levada a cabo pelo governo contra a Constituição da República Portuguesa e o Tribunal Constitucional, quando o governo não cumpre as leis que lhe não interessam, de forma reiterada (sendo exemplo flagrante o das Leis Orgânicas n.º 3/2001 e n.º 4/2001, de 29 e 30 de Agosto respectivamente), se lhe juntarmos o descrédito nas instituições, fica criado um caldo de cultura propício à entrada em força do populismo antidemocrático, ao eventual aparecimento e à escolha de figuras messiânicas que reduzirão a pó a Liberdade e a Democracia.

Neste quadro deveras complexo e perigoso, compete a todos os democratas e patriotas usar de maior serenidade, bom senso e vigilância de modo a derrotar à nascença todo e qualquer populismo.

A Democracia defende-se com a acção serena e avisada de todos, unidos em torno da Lei Fundamental, a Constituição da República.

Portanto, todos os cuidados são poucos. Eles andam aí! ▲

Leis Militares em questão

ANS Recebida em Audiências

Face aos constrangimentos com que os cidadãos em geral têm sido confrontados, por força das medidas austeritárias em vigor desde há uns anos e, no que diz respeito particularmente aos militares, face às alterações legislativas já realizadas e as que se encontram em processo de efectivação, que em muitos aspectos já condicionam e virão a condicionar ainda mais as suas vidas profissionais, sociais e familiares, decidi a Direcção da ANS solicitar pedidos de audiência a várias entidades.

Pelos Chefes Militares...

Tendo conhecimento da profusão de propostas de alteração a muitos dos diplomas militares, e tendo consciência das preocupações existentes no seio do universo representado por esta associação, muito para além das preocupações que os próprios dirigentes vivenciam mas também por todas as que lhes são transmitidas, no âmbito da Saúde, dos Regulamentos que enquadram a Condição Militar, dos suplementos remuneratórios entre muitos outros, foram endereçados aos Chefes Militares pedidos de audiência com carácter de urgência, logo no início de Julho.

Em resposta a esta solicitação, delegações de dirigentes da ANS foram recebidas pelo CEMFA em 16 de Julho, pelo CEMGFA em 17 de Julho, pelo CEME em 28 de Julho e pelo CEMA em 14 de Outubro.

A exposição das preocupações foi genericamen-

te idêntica embora tenha sido colocado ênfase nas questões específicas de cada ramo. Comum a todas as audiências foi a preocupação expressa com as eventuais alterações ao EMFAR, o secretismo que rodeia estes trabalhos e o incumprimento da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, Lei do Associativismo Profissional dos Militares, não só pelo poder político mas também pelos próprios chefes militares.

Sendo naturalmente o tema que preocupa a generalidade dos militares, quando colocados perante a pergunta directa sobre o que poderia ser dito relativamente às alterações ao EMFAR, a resposta de qualquer dos chefes não foi objectiva, clara e concisa como os militares gostariam de ter. Foram respostas vagas e evasivas, denunciando alguma preocupação relativamente aos projectos inicialmente produzidos pela tutela política, mas nada clarificando quanto ao que se pode esperar ou quanto ao que exista de concreto neste momento, insistindo no entanto no apelo à calma.

...e pelos Grupos Parlamentares

Dado o avolumar de preocupações face à profusão de rumores e informações falsas acerca do “novo EMFAR”, muitas vezes veiculados por gente com responsabilidades nos gabinetes, decidi igualmente a Direcção da ANS enviar pedidos de audiência com carácter de urgência aos grupos parlamentares.

Em resposta a esta iniciativa, delegações de dirigentes da ANS foram recebidas por todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República. No dia 29 de Outubro pelo PS, no dia 6 de Novembro pelo PCP, no dia 7 de Novembro pelo PEV, pelo CDS/PP e pelo PSD e a 13 de Novembro pelo BE. As respostas obtidas acerca das eventuais alterações ao EMFAR foram pouco ou nada conclusivas particularmente pelos partidos que suportam o governo. Contudo, a preocupação expressa pelo não cumprimento do que a Lei determina em termos de audição, participação e integração das associações nos grupos de trabalho e comissões de estudo permitiu que tenha ficado aberta a possibilidade de ser chamado à ratificação em sede parlamentar o diploma que venha a resultar das alterações ao EMFAR.

Infelizmente o que resulta desta situação é a caricatura de um militar à porta de um avião, pronto para saltar numa missão operacional sem saber se o saco que os chefes e a tutela política lhe colocam às costas é um paraquedas ou um saco cheio de pedras... e sendo um paraquedas se abrirá ou não! É um verdadeiro salto no desconhecido!

A situação mais indesejável numa instituição como a militar.

São estas práticas e atitudes que podem, elas sim, colocar em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas. ▲

VII ENCONTRO NACIONAL DE SARGENTOS

Reforçar a ANS. Defender a Condição Militar

A ANS promoveu e organizou o VII Encontro Nacional de Sargentos, realizado no Hotel Fénix, em Lisboa, no dia 4 de Outubro. Este Encontro começou a ser preparado durante as comemorações do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, altura em que, nas várias sessões de comemoração e luta, foi apresentado um documento de trabalho em que se elencavam 5 razões para lutar. Esse documento de trabalho veio sendo enriquecido durante cerca de nove meses, tendo os últimos contributos surgido já no âmbito da realização deste Encontro.

Na primeira parte do Encontro foram debatidas questões internas da associação, com vista ao reforço da organização da ANS, nomeadamente no que respeita ao aumento do número de associados e de delegados nas unidades das FFAA, assim como no que concerne ao funcionamento das Comissões Permanentes de Ramo (CPR).

Reforçar a ANS

Após a abertura feita por José Gonçalves, (vice-presidente da Assembleia Geral), coube ao presidente da Direcção, António Lima Coelho, lançar a debate os dois temas da OT e explicar de que forma os trabalhos iriam decorrer. Ambos assumiram que a resposta dos camaradas ao evento ficou aquém das expectativas, ainda mais tendo em conta a importância dos assuntos em debate, mas rapidamente se avançou com o tema do reforço da ANS.

O vice-presidente da Direcção (Armada), António Taveira, expôs a situação actual, numa altura em que o associativismo profissional dos militares (e o associativismo em geral) vive momentos de difícil mobilização. Vários camaradas inscreveram-se para abordar o tema e chegou-se, entre outras, às seguintes conclusões:

- os dirigentes, activistas e delegados da ANS deverão redobrar os esforços para, nas unidades e serviços, angariar novos sócios e promover a actividade da associação junto dos camaradas;



- as CPR deverão funcionar com mais regularidade e dar conta das suas acções e trabalho aos sócios com a elaboração dos respectivos boletins;
- deverá privilegiar-se o contacto pessoal como principal meio de abordagem, a complementar naturalmente com os meios electrónicos (mails, página web, facebook...);
- as iniciativas junto dos camaradas mais novos deverão assumir uma importância maior, de modo a realizar mais eventos com o intuito de rejuvenescer a ANS e os seus quadros associativos.

Defender a Condição Militar

O segundo ponto da Ordem de Trabalhos, discussão sobre o documento de trabalho e sobre as questões socioprofissionais, iniciou-se com uma

intervenção de Mário Ramos, (vice-presidente da Direcção, Exército). Expôs vários assuntos, desde o secretismo com que a alteração do EMFAR está a ser levada a cabo, numa clara violação da Lei, ao regime de protecção social convergente, que visa aproximar os militares dos funcionários públicos, passando pela assistência na saúde e na doença e/ou pela certificação e equivalência externa da formação dos Sargentos. O Governo, em todas as alterações e medidas legislativas sobre estas matérias, manteve as APM à margem dos trabalhos, desrespeitando o seu papel estatuído em Lei, num claro ataque ao associativismo e à Condição Militar.

Houve várias inscrições para intervir sobre este ponto, tendo os camaradas reforçado a ideia de que é necessário continuar a luta. Foi nesse sentido que Lima Coelho concluiu o Encontro, reforçando a ideia de que é «com os que estão» que o trabalho associativo irá continuar. Sendo poucos ou muitos, desde que determinados e unidos, se fizermos todos um pouco mais poderemos reverter a difícil situação em que os Sargentos e suas famílias se encontram. Reafirmou que o trabalho iniciado em Janeiro deste ano será terminado em breve, vendo a luz do dia sob a forma de Caderno de Aspirações ou outra achada por mais conveniente. Esse documento, ao mesmo tempo que será a base das reivindicações dos Sargentos de Portugal, será entregue a todos os Órgãos de Soberania e às autoridades militares e civis relevantes.

O Encontro estava no fim. Apesar da adesão dos camaradas à iniciativa não ser a que o difícil quadro em que nos encontramos faria supor, o trabalho foi profícuo e dará frutos. Importante é continuar a lutar, e foi o que os camaradas presentes fizeram, deslocando-se para junto da estátua do Marquês de Pombal, onde a ANS prestou homenagem aos 'Bravos da Rotunda' (cerimónia de que também damos conta neste número d'O Sargento). ▲



EMFAR?

3APM - Encontro de Militares no ISCTE

Centenas de militares reuniram-se, no dia 22 de Novembro, para debater e tomar posição sobre o processo conducente à alteração do EMFAR. Moderado pelo Almirante Castanho Paes, o painel constituído pelos dirigentes das Associações Profissionais de Militares (APM) - ANS, Lima Coelho; AOFA, Manuel Cracel e AP, Carlos Nicolau - lançou a discussão sobre o incumprimento da Lei por parte da tutela, uma vez que não integra as APM nos trabalhos de alteração do EMFAR, matéria estatutária da mais relevante importância para os militares e para as suas famílias.

O moderador destacou esse incumprimento, vincando que os militares vêem ser-lhes negado o direito de integração nos trabalhos e o de audição sobre a mesma matéria, apontando a pertinência do Encontro para denunciar a situação. Lima Coelho, de seguida, informando que não havia nada de concreto, nenhuma novidade, dado o secretismo que a *equipa técnica* e o Governo têm posto no processo, desmontou os simulacros de audição a que o Ministro da Defesa Nacional havia aludido,

em cerimónia restrita mas com os órgãos de comunicação social presentes, no dia anterior, no Instituto de Estudos Superiores Militares, em Lisboa. Manuel Cracel lembrou a condição militar, sublinhou a entrega dos profissionais das Forças Armadas ao serviço do País e alertou para o verdadeiro ataque, em curso, à dignidade dos militares. Carlos Nicolau, reiterando as afirmações dos seus antecessores, chamou a atenção para o injusto anacronismo que é a existência de apenas dois postos na carreira de Praças dos Quadros Permanentes, da Marinha.

Após as declarações iniciais, a plateia teve oportunidade de intervir. Das muitas intervenções, destacamos as dos Sargentos Ajudante José Pereira e Mário Ramos, que se publicam nestas páginas.

No final do encontro foi votada e aprovada por unanimidade a moção que manda as Direcções e o Conselho Nacional, respectivamente das ANS e AP, e da AOFA, para diligenciar junto de diferentes actores intervenientes no processo de alteração do EMFAR, com responsabilidades directas ou indirectas (Presidente da



República, Ministro da Defesa Nacional, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Chefes de Estado-Maior dos Ramos, Grupos Parlamentares, Comissão de Defesa Nacional), para que fiquem cientes de que lhes é exigido o cumprimento da lei, que seja atendida a Condição Militar e o respeito que é devido aos militares.

Ficaram ainda mandatadas para recorrer ao Exmo. Senhor Provedor de Justiça e demais órgãos competentes, requerendo o necessário e indispensável cumprimento da Lei, nomeadamente no que concerne à participação dos militares na elaboração de um documento com a importância de que se reveste o EMFAR. ▲

Como é que é possível?

A revisão do EMFAR está em curso. E é uma revisão fácil, pois muito do mal já está feito. Está em curso há muito tempo pois tem sido alterado avulso através de pequenas mas importantes alterações legislativas pontuais, de sucessivas Leis do Orçamento do Estado e até da recente Lei de Reforma do Estado.

Querem, e estão a transpôr para o nosso Estatuto princípios e normas da Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações da Função Pública e até do Código do Trabalho.

Sim... Do Código do Trabalho.

Basta agora alterar o texto do Estatuto para se conjugar com todas as alterações que vêm sendo feitas à nossa revelia.

E como fica a Condição Militar no fim de todas estas alterações? E a coesão das Forças Armadas?

Como é que é possível estarem os militares todos debaixo do mesmo juramento, da mesma bandeira, dos mesmos deveres, e terem 13 fórmulas de cálculo da pensão de reforma diferentes? Em que os mais recentes perderão metade do seu rendimento na passagem da Reserva para a Reforma! Um Cabo ao reformar-se fica com um rendimento de Grumete. Um Sargento-mor fica com o rendimento de 2º Sargento. Um Coronel fica com um rendimento de Tenente...

Como é que é possível haver uns militares inscritos na Caixa Geral de Aposentações e outros na Segurança Social?

Como é que é possível haver uns militares no Regime de Protecção Social Convergente, e outros no Regime Geral da Segurança Social, com níveis de protecção social diferenciados?

Como é que é possível os militares gozarem a sua licença de férias ou usufruírem das licenças no âmbito da parentalidade, ao abrigo do Código do Trabalho como os trabalhadores do Regime Privado?

Como é que é possível um militar ficar sem



vencimento e sem suplemento da condição militar quando mete licença de assistência à família, passando a receber um subsídio nesse período? Se for da Segurança Social tem que ir para a fila desse organismo para o requerer. E durante esse período em que não lhe é pago o Suplemento da Condição Militar, está isento dos seus deveres e obrigações militares e das restrições dos seus direitos fundamentais?

Como é que é possível haver cônjuges de militares que têm direito a inscrição na ADM e outros que não têm, ou que ficam sem cartão a meio de tratamentos ou internamentos?

Como é que é possível que o regime de comparticipação de medicamentos da ADM seja igual ao do Serviço Nacional de Saúde?

Como é que é possível aguardar-se meses por uma consulta ou exame no Hospital das Forças Armadas?

Como é que é possível termos direito a aumento da contagem de tempo de serviço e obrigarem-nos a permanecer no activo até aos 55 de idade, retirando efeitos práticos a esses aumentos?

Como é que é possível que os militares que ingressaram mais jovens se vejam obrigados a prestar mais anos de serviço para passarem à situação de Reserva?

Como é que é possível obrigarem-nos a efectuar até 43 anos de descontos, quando a pensão de reforma é calculada sobre 36 anos?

Como é que é possível o subsídio por morte ter passado de 6 vezes o último vencimento base para 3 vezes o Indexante da Apoio Social (419,22 €), não dando sequer para cobrir as despesas de funeral?

Como é que é possível os militares não terem um Seguro de Vida?

Como é que é possível terem levado à falência e extinto o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas?

Como é que é possível aumentarem o tempo mínimo de permanência no posto para efeitos de promoção ao posto imediato e continuarem sem estabelecer o tempo máximo, havendo quem chegue a estar quase 20 anos no mesmo posto?

- Como é que é possível os Sargentos da FAP terem as suas funções um nível de responsabilidade abaixo em relação aos Sargentos dos outros Ramos?

Como é que é possível haver Sargentos do Exército a passarem à Reserva compulsivamente por serem ultrapassados na promoção, apesar de terem louvores, condecorações e médias de avaliação superiores a 4,2?

Como é que é possível termos as progressões remuneratórias e os suplementos remuneratórios congelados há quase 5 anos e continuarem assim por tempo indefinido?

Como é que é possível continuarmos a receber o subsídio de Natal em duodécimos?

Como é que é possível em 2014, por via dos brutais cortes remuneratórios e aumento da carga fiscal, estarmos a auferir rendimentos líquidos ao nível do que recebíamos há 12 anos atrás?

- Como é que é possível que, só no ano de 2014, possa haver 4 pensões de reforma diferentes para militares em igualdade de

circunstâncias, consoante o mês em que tenham passado à situação de Reforma?

- Como é que é possível seduzirem os jovens a aderirem ao Regime de Contrato e depois não cumprirem com o que lhes é prometido?

Como é que é possível haver militares que ganham mais de suplementos de despesas de representação do que muitos outros ganham de vencimento?

Como é que é possível haver militares mais modernos a auferirem vencimento superior ao de militares mais antigos de igual posto?

Como é que é possível haver cada vez mais militares a entregarem as suas casas aos bancos, a levarem da messe o jantar para casa para a sua família por falta de meios de subsistência, e a pedirem empréstimos ao IASFA para fazer face a despesas urgentes?

Como é que é possível o nosso Bilhete de Identidade Militar não ser aceite como identificação em alguns serviços do próprio Estado?

Como é que é possível um militar fardado e em serviço, ter que ser submetido a revista por agentes de segurança privada para aceder à sua aeronave em zonas aeroportuárias?

Como é que é possível haver militares, nos mais altos níveis de responsabilidade, que alinhem com o poder político na implementação de todas estas medidas? Como se podem prestar a tal serviço? Que prebendas irão receber?

Como é que é possível mudarem as regras a meio do jogo?

Como é que é possível que ainda assim continuemos a cumprir a Missão?

Como é que é possível que cada um de nós tenha permitido a situação chegar a este estado de gravidade?

Como é que é possível isto estar a acontecer quando se assinalam os 40 anos do 25 de Abril?

José Pereira ▲

O MDN, o EMFAR e... a LEI!

No dia 21 de Novembro, aproveitando a cerimónia de abertura solene do ano lectivo no Instituto de Estudos Superiores Militares, entendeu o ministro da Defesa fazer algumas considerações sobre a revisão do EMFAR, a concluir “muito em breve” de acordo com as suas próprias palavras.

Falando em termos genéricos, sem contudo nada esclarecer, o MDN anunciou um sistema de avaliação privilegiando o mérito como factor base para progressão na carreira. Dito desta forma faz passar a errada ideia que até aqui não tenha já sido o mérito o factor base de progressão nas carreiras.

Sobre a transição para a situação de Reserva, preocupação de um vasto universo de militares, permitiu-se o ministro lançar mais generalidades sem concretizar quando disse que “sem alterar o período de cinco anos de vigência, iremos alterar a filosofia da situação de reserva, tornando-o mais flexível e adequado às necessidades”. Qual filosofia? Que flexibilidade? Que adequação? Que necessidades?

Referiu ainda um “conjunto de medidas transitórias para que as situações sejam tratadas com equidade”. Que medidas transitórias? Que situações? Que equidade?

Anunciou estar “previsto um período de dois anos para garantir que cada um possa avaliar e decidir”. Dois anos? Para quê? Avaliar e decidir o quê?

Fazer este tipo de considerações num espaço em que sabe não vir a ser confrontado com o contraditório, demonstra a forma pouco séria como a matéria está a ser tratada.

Questionar naquele local se “devem os ministros impor as reformas, ou devem ser as associações a impor as suas reformas?” demonstra bem a falta de coragem com que o MDN tem tratado esta matéria pois saberia que não estava ali ninguém em representação das associações para lhe poder responder à letra! Mas vai mais longe a falta de seriedade quando afirma, sabendo estar a faltar à verdade, que “participaram no processo todos os que quiseram participar”.

Em resposta a um ofício do ministério da Defesa Nacional recebido em Dezembro de 2013, a Direcção da ANS, demonstrando a sua disponibilidade e vontade de participar neste (e noutros) processo prontamente respondeu em ofício datado de 6 de Dezembro de 2013:

“Em resposta ao vosso ofício em referência, e tendo em vista dar início ao processo de revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas a), b) e g) do Artigo 2.º - “Os Direitos das Associações” - da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, conforme transcrição abaixo:

“As associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

a) Integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;

b) Ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados;

g) Expressar opinião em matérias expressamente incluídas nas suas finalidades estatutárias;”

vem a Direcção da ANS – Associação Nacional de Sargentos, por este meio, solicitar a V.Exª que transmita a S.Exª o senhor Ministro da Defesa Nacional a nossa reiterada disponibilidade para dar os contributos tidos por convenientes, conforme solicitado, mas de acordo com as supracitadas alíneas b) e g), aquando da integração em sede própria, ou seja, em conselhos consultivos, comissões de estudo ou grupos de trabalho constituídos para o efeito, conforme o disposto na igualmente supracitada alínea a) e no espírito do Artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto.”

Para que a verdade prevaleça, para registo histórico e para que cada cidadão faça o seu próprio juízo, cabe dizer que este ofício da ANS não mereceu até hoje qualquer resposta por parte do gabinete do ministro ou dos serviços do ministério, nem sequer a acusação da recepção do mesmo! ▲

Sobre o Orçamento do Estado para 2015 e outras medidas contidas no Relatório do Orçamento

No dia 25 de Novembro foi aprovado o Orçamento do Estado (OE) para 2015, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS e com os votos contra de toda a oposição e dos deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma da Madeira e a abstenção do deputado do CDS/PP eleito pela mesma Região, apenas tendo sido incorporada uma alteração ao texto inicial, de um total de 519 propostas de alteração apresentadas, só pelos diferentes grupos parlamentares da oposição.

Pelo conjunto de medidas gravosas que constam deste OE2015, transversais aos vários sectores da sociedade, a implementação de tais medidas, conduz ao prolongar da crise e ao aprofundamento da ruína económica e social de uma significativa parte dos cidadãos Portugueses.

Fica aqui o destaque de algumas das mais gravosas propostas com aplicação às Forças Armadas e à Família Militar.

- Pagamento do subsídio de Natal em duodécimos após aplicação da redução remuneratória;
- Pagamento do subsídio de Natal aos aposentados, reformados e demais pensionistas da CGA e do montante adicional atribuído aos pensionistas do sistema de segurança social em duodécimos;
- Os efeitos remuneratórios da mudança de categoria ou de posto apenas se verificam no dia seguinte ao da publicação do diploma respectivo no Diário da República;
- Manutenção do congelamento do tempo de serviço para efeitos de progressão ou mudança de posição remuneratória, com excepção do cumprimento de tempos mínimos para efeitos de promoção;
- As graduações de militares em regime de contrato e voluntariado ocorrem apenas três meses após o início da instrução complementar;
- Carecem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da defesa nacional, as decisões relativas à admissão de pessoal para o ingresso nas diversas categorias dos quadros permanentes das Forças Armadas

e a abertura de concursos para admissão de pessoal em regime de contrato, regime de contrato especial e de voluntariado nas Forças Armadas;

- As pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias de idêntica natureza, pagas a um único titular, são sujeitas a uma CES, de 15 % sobre o montante que exceda 11 vezes (4.611,42€) o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), mas que não ultrapasse 17 vezes (7.126,74) aquele valor e de 40 % sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS;
- As pensões de invalidez e de reforma, com fundamento e incapacidade atribuídas pela CGA aos militares, independentemente da data de inscrição do subscritor, passam a estar sujeitas ao factor de sustentabilidade que se aplicar em cada momento no sistema previdencial do regime geral da segurança social. Exceptuam-se as pensões atribuídas aos deficientes militares;
- Suspensão da passagem às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade até à entrada em vigor do novo EMFAR, o que indicia que, ao entrar em vigor o EMFAR, serão profundamente re-vistas as situações e as formas estatutárias que permitirão a passagem à reserva. A introdução deste número com este articulado, releva a possibilidade de a revisão do EMFAR entrar em vigor durante o ano de 2015.
- Durante o ano de 2015 são suspensas:
 - a actualização do Indexante de Apoios Sociais (IAS), mantendo-se no valor de 419,22€ desde 2009;
 - o regime de actualização das pensões e outras prestações sociais pagas pela segurança social;
 - o regime de actualização das pensões do regime de protecção social convergente (CGA) estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro;
- Durante o ano de 2015 não são actualizadas:
 - pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social e demais pensões, subsídios e complementos

atribuídos em data anterior a 1 de Janeiro de 2014;

- pensões de aposentação, reforma, invalidez e de outras pensões, subsídios e complementos atribuídos pela CGA.

As excepções são:

- pensões, subsídios e complementos cujos valores sejam automaticamente actualizados por indexação à remuneração de trabalhadores no activo, os quais ficam sujeitos à redução remuneratória prevista na presente lei, com excepção das pensões actualizadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro;
- o valor mínimo de pensão do regime geral de segurança social correspondente a uma carreira contributiva inferior a 15 anos, os valores mínimos de pensão de aposentação, reforma, invalidez e outras correspondentes a tempos de serviço até 18 anos, as pensões do regime especial das actividades agrícolas, as pensões do regime não contributivo e de regimes equiparados ao regime não contributivo, as pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, as pensões por incapacidade permanente para o trabalho, as pensões por morte decorrentes de doença profissional e o complemento por dependência;
- Os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM) são suportados pelo orçamento do SNS;
- A comparticipação às farmácias, por parte da ADSE, dos SAD e da ADM, relativamente a medicamentos, é assumida pelo SNS;
- Manutenção da sobretaxa de IRS de 3,5 %;
- Encerramento definitivo do Instituto de Odivelas após o final do ano lectivo 2014/2015;
- Conclusão do processo de reestruturação dos EFE, com a adopção de modelos organizacionais para a Manutenção Militar e com a extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das Oficinas Gerais de Material de Engenharia;
- Consolidação da implementação do novo modelo preconizado para a Saúde Militar,



mantendo para a ADM a implementação das medidas que forem adoptadas para a ADSE e SAD da GNR e PSP;

- Redução dos efectivos militares em mais 2.000 efectivos durante 2015;
 - Redução dos quadros de pessoal civil que serve na Defesa Nacional em 30% do actual efectivo, até final de 2015;
 - Redução efectiva de 30% do dispositivo territorial, ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das Forças Armadas;
 - O aumento das contribuições para a ADM, de 1,5% para 3,5%, em conjunto com outras medidas adoptadas no sentido de se caminhar para a autossustentabilidade do sistema permitem, para 2015, a redução da dotação inicial prevista para a ADM em cerca de 13 milhões de euros. Esta foi também, aproximadamente, a dita “poupança” que o Governo fez em 2014 com a ADM, graças ao aumento da contribuição;
 - Transferência da gestão da ADM para a tutela do Ministério da Saúde;
 - Transferência da gestão da Caixa Geral de Aposentações para a tutela do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Com um Orçamento desta natureza é evidente que o caminho vai ter de ser de grande combate e resistência ao continuado empobrecimento dos portugueses em que, naturalmente se incluem os Sargentos e suas famílias.

Centenário da I Grande Guerra

Homenagem promovida pela ANAFS

No ano em que se assinala o centenário do eclodir da Primeira Grande Guerra, a ANAFS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ALISTADOS DAS FORMAÇÕES SANITÁRIAS, realizou uma cerimónia, no dia 11 de Setembro, lembrando o embarque no Cais de Alcântara das primeiras tropas portuguesas para as então colónias de Angola e Moçambique. Para o efeito foi apresentada uma placa alusiva à efeméride.

Para além de algumas intervenções e do descerramento da referida placa, os cidadãos presentes nesta cerimónia, aderiram a um acto de recolhimento recordando os compatriotas falecidos naquela expedição.

Respondendo ao convite, a ANS fez-se representar pelo vice-presidente da Direcção, António Taveira, demonstrando mais uma vez a solidariedade para com os seus camaradas de armas que no cumprimento da missão deram tudo, incluindo o seu bem mais precioso: a vida.

Foi com alguma frustração que a organização do evento se viu impedida de realizar esta homenagem no interior do edifício, tudo por questões ditas burocráticas. Mas o mais importante foi, apesar das dificuldades encontradas, a dignidade e o objetivo com que esta cerimónia se realizou.

Na altura, o presidente da ANAFS, Manuel Veloso, na sua intervenção, recordou que a primeira vítima oficial desta guerra foi um Segundo-Sargento Enfermeiro da Marinha, num posto fronteiriço, sem no entanto mencionar o seu nome por falta de elementos de identificação.

A ANS considerou interessante pesquisar nesse sentido e não só por uma questão de curiosidade mas de homenagem ao nosso camarada, aqui deixamos alguns dados, que conseguimos, depois de uma breve pesquisa no Arquivo Histórico da Marinha.

“Eduardo Rodrigues da Costa, natural da Freguesia de São Cipriano, Concelho de Viseu, Filho de João Rodrigues da Costa e de Custódia da Luz, nasceu em 22 de fevereiro de 1887.

Foi incorporado na Marinha em 07 de junho de 1907, Em 1912, recebe guia de marcha para se apresentar na Direcção Geral das Colónias.

Foi abatido ao efetivo em 25-08-1914, por ter sido morto em combate em 24-08-1914 na fronteira do Niassa”.

Ontem como hoje, os militares sempre souberam honrar a sua Pátria e a sua Bandeira. A própria condição de militares assim o exige e assim deve continuar, mesmo partindo do princípio de que não há guerras justas. Nesta classe de profissionais não existem dúvidas quanto a esta matéria, porque sempre se pautaram pela dignidade, frontalidade e responsabilidade em servir o País,

Assim outros lhe sigam o exemplo. ▲

É necessário combater o deficit de cultura histórica...

Entrevista com a Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, Professora Associada com Agregação do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, a propósito da Exposição sobre o Centenário da Primeira Grande Guerra, patente na Assembleia da República até ao final de 2014.

“O Sargento” - Cara Professora, como surgiu esta ideia do Instituto de História Contemporânea organizar esta exposição?

Prof. Fernanda Rollo -Surgiu para estudar, promover o conhecimento, e sobretudo divulgar junto das pessoas o Centenário da Primeira Grande Guerra (PGG), fazendo-o acompanhar de informação e contextualização, sempre com essa grande preocupação de disseminar a história de Portugal e a Grande Guerra junto da população em geral. Como temos mantido, e continuamos a manter, uma relação estreita com a Assembleia da República (AR), entre outras entidades, surgiu a possibilidade de fazer esta exposição. É uma primeira proposta de leitura geral, que introduz as pessoas à temática da PGG. Infelizmente em Portugal uma temática pouco explorada e pouco conhecida pela população em geral, e daí a nossa proposta, com a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos 3 Ramos das Forças Armadas, da GNR, propondo essa leitura geral desde o início da PGG, o seu impacto em Portugal, terminando com as questões da memória que temos da Guerra. Este trabalho tornou-se muito pertinente não só pela necessidade de contribuir historiograficamente para o problema, mas pela investigação de fontes para a recuperação e preservação da memória que os diversos familiares, sobretudo os de terceira geração, vão tendo da Guerra.

“O Sargento” - E foi daí que surgiu a vossa iniciativa de contacto directo com esses familiares, os “Dias da Memória”? Qual foi a receptividade do público a essa iniciativa que pretendia acolher na AR essas memórias e registá-las?

Prof. Fernanda Rollo - Os Dias da Memória devem ter sido uma das actividades mais gratificantes e estimulantes que fizemos nos últimos tempos, e eu penso que era algo fundamental que se realizasse, por várias razões: em primeiro lugar porque a PGG tem estado “esquecida”, o que tem muito a ver com a forma como o Estado Novo a resolveu tratar. Por outro lado, o facto de estar associada à Primeira República também tem de alguma maneira condicionado a recuperação dessa memória.

Tínhamos, apesar disso, a sensação de que as pessoas teriam essa memória viva, teriam eventualmente muitos testemunhos em casa, que podiam ser retirados da “gaveta” e partilhados.

No que diz respeito a Portugal enviámos bastantes soldados para a PGG, foram cem mil soldados, que partiram

para África e para a Europa, o que, para a população que tínhamos na altura, é bastante significativo. A memória deles teria que existir.

Mesmo estando a falar de um País muito pouco activo nestas questões, em que a própria PGG não é muito ministrada junto dos manuais escolares, tínhamos alguma esperança no impacto desta iniciativa.

O que sucedeu superou de longe tudo o que esperávamos. Só em dois dias tivemos mais de 1200 visitantes à exposição e duas centenas de pessoas partilhando memórias e testemunhos. A adesão foi muito comovedora, quer no local durante o fim-de-semana, quer na continuidade, através, por exemplo, do Facebook.

Objectos como correspondência, postais por exemplo, eram esperados, mas, mais do que isso surgiram alguns diários, objectos de uso pessoal utilizados por soldados feitos prisioneiros, adereços de uniforme e testemunhos documentais como correspondência diplomática, etc.

Uma das dimensões mais dolorosas que a guerra envolveu, e que explica alguns silêncios, fez-se sentir no regresso dos soldados a casa. Da província às cidades, estes homens viveram uma reintegração difícil, nos moldes do que hoje está classificado como stress pós-guerra; nessa altura não havia muita sensibilidade para compreender esses contextos. O paradigma desta situação são os gaseados, e a forma sofredora como transmitem isso a filhos e netos, os poucos que conseguiam falar no assunto. Também a mutilação surge nesta PGG de uma forma significativa, e em Portugal surge muito trabalho nesta área, sobretudo através do Instituto de Arroios, no desenvolvimento de próteses, etc.

Outra coisa interessante foi confirmar o que sabemos: a PGG teve um impacto muito profundo em Portugal. Tem uma penetração explicada pela mobilização de soldados dos quatro cantos do País, completamente distinta dos fenómenos normalmente centrados nas zonas mais urbanas. A quantidade grande de testemunhos que vimos recebendo tem sido disso exemplo.

“O Sargento” - Nestes Dias da Memória, e antes disso, reuniu-se um património que, provavelmente, tem um valor incalculável. Este esforço foi feito às custas e às expensas dos organizadores, por falta de apoios Estatais, mas a dinâmica que isto atingiu implica que para cuidar e preservar este acervo como ele merece, os gastos excederão com certeza as vossas capacidades financeiras. Já receberam algum apoio, ou promessa



dele, alguns contactos?

Prof. Fernanda Rollo - Esta situação é bastante bizarra tendo em consideração que estamos a falar do Centenário da PGG, que tem mobilizado vários Países com programas bastante complexos. Nós não tivemos qualquer tipo de apoio, foi uma iniciativa do Instituto de História Contemporânea, solicitámos a colaboração institucional de várias entidades que aderiram de imediato, temos um portal www.portugal1914.org onde tudo isto está veiculado, mas para levar a cabo as actividades não tivemos nenhum apoio formal ou institucional.

Solicitámos à AR o espaço para a exposição e para os Dias da Memória. A AR abraçou de imediato esta ideia, sendo que a exposição irá ficar lá até ao final do ano.

A partir daí foi com o voluntariado, sobretudo dos investigadores do Instituto, e também com vários jovens, designadamente do Liceu Camões, que realizámos esta actividade.

Quanto ao património, evidentemente que estamos a falar de algo único, absolutamente inestimável, com uma enorme carga afectiva e uma grande relação com a população em geral.

Nós estamos a reproduzi-lo, com o inestimável apoio da Assembleia da República, que acompanhou o processo. Tudo será disponibilizado no portugal1914.org e nós próprios, mesmo sem apoios, estamos a colocá-lo no www.europeana1914-1918.eu. Entretanto, tendo feito o convite a todas as Câmaras Municipais do País, temos recebido a adesão de dezenas autarquias que aderiram ao projecto, algumas querendo exibir a exposição e/ou realizando localmente os Dias da Memória.

Acharia no mínimo razoável que o esforço e resultado deste trabalho fossem divulgados designadamente junto das escolas, junto das autarquias, que acabam por ser as duas redes fundamentais da comunicação com a população em geral.

continua na página 12

Encerramento das Comemorações do 40º aniversário do 25 de ABRIL

Há muito que as comemorações do 25 de Abril, fazem parte da vida da Associação Nacional de Sargentos. Desde a sua existência que esta associação faz questão de comemorar esta data com os Sargentos que representa e demais cidadãos. E fá-lo, na defesa dos ideais de Abril, por tudo o que de positivo nos trouxe, com a convicção de que é no dia-a-dia que Abril deve ser defendido.

Com este objectivo, a ANS, juntamente com um conjunto de colectividades, instituições do poder local e outras associações, organizam anualmente as comemorações do 25 de Abril, na Zona Oriental de Lisboa, mais concretamente no Largo Paiva Couceiro. Este ano, porque se trata da 40ª aniversário do 25 de Abril, as comemorações perduraram durante todo o ano, com uma série de actividades em outros locais da cidade.

No dia 15 de Novembro, nas instalações da ADCEO (Associação Desportiva Cultural Encarnação e Olivais), procedeu-se ao encerramento das comemorações. Deixamos aqui expressa, uma palavra de apreço à direcção desta

instituição, que desde o primeiro momento disponibilizou as instalações, possibilitando desta forma concretizar o objectivo e mostrando também a importância que o 25 de Abril tem para esta Associação, e para quem tem a responsabilidade de a gerir.

Esta iniciativa teve dois momentos distintos, mas que se complementam. Durante a manhã, promoveu-se o desporto, com a realização de um torneio de futebol de cinco, onde a presença de atletas militares e civis foi a nota dominante. Este torneio teve como objetivo, para além das comemorações, a participação e a confraternização, lembrando que Abril também é desporto e cultura.

No final do torneio, as equipas foram brindadas com um troféu de participação, oferecido pela ANS, alusivo às comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril.

O segundo momento iniciou-se com a projecção de um filme alusivo à Revolução de Abril e ao período da dinamização cultural, privilegiando os presentes com alguns momentos da história recente portuguesa, e trazendo



Fátima Amaral



Lima Coelho

do à memória factos vividos à época, recordações.

As imagens, projectaram-nos para um momento único, cujo percurso rejeitamos encerrar.

Por volta das 16H00, foi feita uma intervenção em nome da Comissão Promotora, realizada por Fátima Amaral, do Movimento Democrático de Mulheres. Seguiu-se um momento cultural com a atuação do grupo Cavaquinhos de São Vicente, e durante o intervalo, assistiu-se à segunda intervenção da tarde, protagonizada pelo presidente da Associação Nacional de Sargentos. Foi como Sargento de Portugal e como cidadão que durante a sua intervenção nos deu conta entre outras considerações, da importância da Constituição da República Portuguesa, um "livrinho", como referiu, onde estão vertidas as mais importantes conquistas da Revolução de Abril de 1974. Do Abril da esperança, da responsabilidade, da entreatajuda, do respeito e da igualdade, mas também dos direitos e dos deveres dos cidadãos. "Livrinho" que segundo o seu testemunho devemos preservar, oferecer aos nossos amigos para que

mais facilmente conheçam o seu conteúdo e mais firmemente a possam defender. Esta é uma herança pela qual devemos lutar, porque assim a juramos fazer cumprir.

Houve ainda tempo para a declamação de alguns poemas de poetas resistentes, cujos ideais mantiveram, contra todas as pressões, contratempores e perseguições, vividos no tempo da censura política.

Finalizou-se com um magusto de confraternização ao som e ao cântico daquela que continua a ser a canção da resistência, a canção da revolução, que produz uma estado inigualável para quem se atreve a cantarolá-la, portadora de sensações únicas quando cantada em uníssono e acima de tudo, uma canção de esperança na perspectiva de dias melhores: "A Grândola Vila Morena".

Defender e comemorar Abril, continua a ser uma prioridade, por isso as comemorações continuarão como sempre e a ANS, continuará a pertencer a todos os que elegem a liberdade, a fraternidade, a igualdade e a democracia, como princípios básicos para o desenvolvimento dos povos. ▲

HOMENAGEM AOS NOVE BRAVOS



Na sequência da homenagem promovida em 2013 pelo jornal “O Sargento”, decidi a Direcção da ANS homenagear, de novo, os “Nove Bravos Sargentos da Rotunda”. Quando no ano passado a iniciativa deste jornal se tornou pública e conhecida, foi possível através de um conhecimento comum, chegar ao contacto com o neto de um dos sargentos revolucionários de 1910, que prontamente aceitou estar presente na homenagem que agora se prestou. O neto do Sargento Francisco Garcia Tereno, Embaixador Rui Tereno, acompanhado de duas tias, filhas deste Sargento, e de outros familiares, com a sua presença e intervenção deram um grande significado a esta já de si significativa e emotiva homenagem.

Na presença de inúmeros convidados, representantes dos vários chefes militares, da autarquia de Lisboa, da Assembleia da República, do movimento associativo civil e militar, a intervenção do Embaixador Rui Tereno foi um momento de grande simbolismo e carregada de mensagens extremamente importantes no enquadramento dos factos de 1910, do período do Estado Novo, da Revolução de Abril, até à realidade difícil que vivemos. Dessa intervenção destacamos as seguintes passagens:

“Quando o Senhor Presidente da ANS me contactou para me convidar a participar nesta evocação, senti uma grande alegria, não só por mim, como também por saber que as filhas do Sargento Francisco Garcia Tereno e os seus outros descendentes sobreviventes teriam uma oportunidade para o homenagear publicamente. Olhei para o retrato do Avô Tereno que tenho em casa, ao lado da sua Mulher, já uma pessoa de idade, de uniforme e com a Ordem da Torre e Espada, e pensei que era emocionante que um outro Tereno viesse novamente para a Rotunda; só que a minha tarefa era muito mais fácil que a dele, pois eu vinha para falar, enquanto que ele e os seus outros camaradas vieram para se bater.

[...]

Não é de resto por acaso que esta cerimónia se destina a homenagear os Bravos da Rotunda e não apenas esses nove Sargentos, ou apenas os militares de diversas patentes que se bateram e noutros locais, praças, sargentos, oficiais. É uma homenagem colectiva dos portugueses de hoje a todos os portugueses, militares e civis, conhecidos e anónimos, que então lutaram pela República e triunfaram.

A Revolução de 5 de Outubro concretizou-se graças à lucidez política e heroísmo de um conjunto de elementos civis e militares, mas que só pôde triunfar porque foi a expressão de aspirações colectivas da sociedade portuguesa do seu tempo.

[...] no Portugal dos inícios do séc. XX a monarquia já tinha feito o seu tempo e estava completamente desacreditada e alienada da sociedade. Em breve iria cair, de toda a forma.

No entanto, ela já poderia ter caído em 31 de Janeiro de 1891, com a revolta do Porto, e não caiu! Essa revolta também teve os seus heróis, os seus Sargentos, mas as condições políticas, sociais e operacionais para o seu triunfo não estavam reunidas. Mesmo em 1910, a Revolução poderia ter sido derrotada.

Entramos aqui na questão clássica do papel dos indivíduos nos movimentos colectivos. Os Sargentos, soldados e civis da Rotunda estavam lá porque tinham profundas convicções republicanas, formadas ao longo de anos; derrubaram a Monarquia, mas antes disso foram os ideais da República que os fizeram a eles republicanos...

[...]

Qual é afinal o exemplo e a lição dos Sargentos da Rotunda? É este: as convicções por muito boas e fortes que sejam, não vão muito longe se não forem concretizadas pelas acções.

Cada tempo tem as suas batalhas, e cada geração combate, ou não, as batalhas do seu tempo. Os revolucionários do 5 de Outubro combateram a batalha do seu tempo. As gerações seguintes combateram a batalha da luta contra o salazarismo, batalha essa, aliás, onde houve monárquicos que se empenharam lado a lado com republicanos.

Essas gerações seguintes eram as dos filhos destes Sargentos, a geração do meu Pai e das minhas Tias e Tios. Lembro-me ainda, embora fosse muito novo, de como eles falavam da polícia de choque nas comemorações do 5 de Outubro no Cemitério do Alto de S. João, ocasião em que, ao evocar os valores republicanos, a Oposição estava na realidade a travar o combate do seu tempo, o combate pela Liberdade e pela Democracia.

Para muitos desses republicanos, o 25 de Abril foi um retorno à República de 1910, que era o seu referencial político essencial. No entanto, a República que emergiu do 25 de Abril era inevitavelmente muito diferente.

Só para dar dois exemplos, a partir de 1890, um dos principais aspectos acentuados pelo movimento republicano para desprestigiar a Coroa foi a sua incapacidade de defender a soberania portuguesa sobre as colónias africanas face às ambições inglesas; em 25 de Abril a descolonização estava, pelo contrário, na ordem do dia; outro exemplo: a República de 1910 promulgou importantíssimas medidas de carácter institucional e social - algumas, assinala-se a talhe de foice, recuperadas ou inspiradas do Marquês de Pombal - mas não deu o direito de voto às Mulheres. Já o 25 de Abril tem como um dos seus valores intrínsecos a concretização, não só legal, mas efectiva, dos direitos da Mulher.

Abro aqui uns parênteses para observar que o meu próprio Ministério, o Palácio das Necessidades, ilustra exemplarmente a evolução dos tempos. Em 5 de Outubro de 1910 era um Palácio Real e foi bombardeado pelos cruzadores republicanos. Em seguida, de lá saíram os diplomatas que promoveram o reconhecimento internacional do novo regime republicano. Durante o Estado Novo, defendeu no exterior a política de Salazar, mas também lá trabalhavam diplomatas heróicos como Aristides de Sousa Mendes. As mulheres não podiam ingressar na Carreira Diplomática, mas a partir do 25 de Abril passaram a ocupar, em grandes números e por mérito próprio, posições de responsabilidade a todos os níveis, e temos hoje uma Embaixadora a desempenhar pela primeira vez a função máxima de Secretária-Geral. Essa e outras transformações, de que nos orgulhamos, só foram possíveis pela Liberdade e pela Democracia que o 25 de Abril nos trouxe.

OS SARGENTOS DA ROTUNDA

A questão do regime já não se coloca; se Portugal já era republicano mesmo antes de 1910, hoje o nosso país é profundamente, naturalmente, republicano. Significa isso porém que a nossa geração, a dos netos ou bisnetos dos Sargentos da Rotunda, não tem no seu tempo batalhas para combater, inclusivamente batalhas pela República? Tem, com certeza.

[...]

A nossa Constituição define o interesse nacional, que num regime democrático corresponde ao interesse do conjunto dos cidadãos, e consagra os direitos, liberdades, garantias e deveres que dão corpo e defendem esse interesse nacional.

A Constituição protege-nos, portanto, mas nós, cidadãos, temos depois que fazer a nossa parte, nunca desviando a atenção das realidades do país, exercendo e defendendo os nossos direitos, tanto quanto cumprimos os nossos deveres. Ao defender os nossos direitos defendemos a Constituição, e ao defender a Constituição, defendemos o interesse nacional.

O legado dos Bravos da Rotunda é afinal este: os nossos direitos e liberdades, a justiça social, não são fruta madura que se apanha da árvore. Há que lutar por eles com lucidez e tenacidade.

Para causas tão imensas como foi a implantação da República, são precisas pessoas como aqueles Sargentos, e soldados, e marinheiros, e civis, com uma lucidez e uma tenacidade também imensas. Por isso eles serão sempre os Bravos da Rotunda, inscritos para sempre na História de Portugal.

Nós somos simples mortais, não vamos todos os dias fundar um novo regime, mas temos que fazer a nossa parte, pequena ou grande; temos que travar os combates do nosso tempo; se não enfrentarmos esses desafios, o resultado não é eles desaparecerem, é pelo contrário que eles nos irão bater ainda com mais força, e pelas costas.

[...]

Que a memória do seu patriotismo, do seu heroísmo e do seu empenhamento cívico seja um exemplo para todos nós. [...]"

Tomou depois a palavra o presidente da Direcção da ANS, de cuja intervenção referenciamos os seguintes excertos:

"Para preparar a nossa intervenção nesta singela mas sentida homenagem não ousei escrever algo que pudesse retractar os homenageados de forma excessiva ou deficiente. Para o fazer com rigor e justiça, que a história teima em esconder, fui beber nos escritos de Machado dos Santos, aquele que melhor sentiu o seu apoio e quem, de modo próprio, num relatório e, um ano depois, nas páginas de um jornal, lhes chamou justamente "Os Nove Bravos Sargentos da Rotunda".

Em 1911, Machado dos Santos publicou o seu Relatório "A Revolução Portuguesa, 1907-1910". Deste Relatório extrai alguns excertos para aqui hoje partilhar com os presentes. Logo à guisa de prefácio o autor refere:

"O historiador que mais tarde desejar fazer a história da revolução de 1910 em Portugal, encontrará no nosso modesto trabalho, Verdade e Justiça, mas, para o poder aproveitar, carece de o ler com muita atenção, porque, não se ocultando traições, desânimos e defeitos dos homens, nenhum desses actos tem o relevo que à simples vista os faça notar.

Depois da proclamação da República, os heróis e os organizadores da revolução caíram sobre o País como nuvem de gafanhotos. O Governo Provisório tomou-os a sério e os verdadeiros foram postos de banda.

Seria caso virgem na história não suceder assim.

O nosso relatório desmascara-os, porque, no momento da acção, ninguém sabe onde se esconderam."

Passarei a ler alguns excertos do relatório em que sobressai o desempenho dos agora homenageados e tão esquecidos ao longo dos anos:

"(...) Alguns Sargentos e Cabos de Artilharia (...) já desde o 4 de Abril que sabiam a posição que deviam ocupar as baterias.

O permanecer na Rotunda na manhã de 4 de Outubro, depois da retirada dos oficiais, não foi pela força das circunstâncias! Era já um plano antigo, discutido e aprovado (...)

Tendo-lhes dito que os Oficiais haviam abandonado o campo, aconselhando os Primeiros-Sargentos a imitá-los e ordenando à força que recolhesse a quartéis, perguntei-lhes se aceitavam o meu comando. A resposta foi pronta: "Nós morremos aqui ao lado de V.S.!"

Esta resposta épica, tão simples, tão digna, impressionou-me tão profunda e favoravelmente que desde logo julguei segura a vitória.

[...]

Depois da capitulação das forças monárquicas, quando regressou de novo à Rotunda, Machado dos Santos descreve assim o cenário que encontrou:

"Seriam três horas da tarde quando entrei na Rotunda e então que caras amigas eu lá vi!

Todos me tratavam democraticamente por tu, mesmo pessoas que eu nunca vira; todos desejavam tornar-se vistos por mim para mais tarde eu poder certificar que haviam estado na Rotunda! Mas os valentes, os heróis, esses quedaram-se muito sossegados à sombra das árvores, como que envergonhados da vitória alcançada e que só ao seu heroísmo se devia!"

São estes homens referenciados neste relatório, e homenageados na edição nº 323 de 4 de Outubro de 1911 do jornal "O Intransigente", de que Machado dos Santos era director, a quem a memória e a história não podem nem devem esquecer:

São estes heróis, a quem Machado dos Santos chamou "Os Nove Bravos Sargentos da Rotunda" que os nomeia no seu relatório nos seguintes termos: "Ao toque do clarim, responderam à chamada nove Sargentos. Os seus nomes devem ficar gravados em letras d'oiro na história nacional: José Soares da Encarnação; Ernesto Joaquim Feio; Francisco Alexandre Lobo Pimentel; Firmino da Silva Rego; Ernesto José dos Santos; Mathias dos Santos; Manuel da Conceição Silva; Laurino Vieira; Francisco Garcia Tereno."

Momento emocionante, pois que ao ser referido o nome de cada um dos Bravos da Rotunda, os presentes respondiam com um vibrante "Presente!" ao mesmo tempo que era erguida a fotografia do militar chamado, como que materializando de novo, ali, naquele emblemático e histórico local, a presença física de cada um dos "Nove Bravos Sargentos da Rotunda".

Após a deposição na base do monumento de uma coroa de flores, pelas filhas do Sargento Tereno acompanhadas por outros familiares, a cerimónia terminou ao som do Hino Nacional cantado vibrantemente como os militares o sabem e a memória daqueles bravos Sargentos merece! ▲



CARTAS AO DIRECTOR

Vergonha nas comemorações do Dia do Exército na Região Autónoma da Madeira – parte I

O Exército condecorou publicamente, com uma das mais altas condecorações militares, a Medalha de Serviços Distintos, o Tenente Coronel Paulo Bernardino Pires Miranda.

Esta medalha destina-se a distinguir os militares que realizem serviços relevantes e extraordinários, ou atos notáveis de qualquer natureza, de que resulte honra e lustre para a Pátria ou para a própria instituição.

É escandaloso que o Exército tenha decidido conceder tal distinção, em cerimónia pública, a um militar que está a ser investigado pela Polícia Judiciária Militar por peculato e abuso de poder, quando era Comandante da Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira, função da qual foi exonerado sem qualquer honra e lustre, depois de se ter dirigido aos seus militares, em termos indecorosos, profundamente ofensivos e vergonhosos “esses senhores da Associação Nacional de Sargentos metam os apitos e as bandeiras pelo cu acima”, tal como foi tornado público, em órgão de comunicação social regionais e nacionais.

A sabedoria popular diz-nos que “o Exército é o espelho da Nação”. Infelizmente neste caso, espelha o pior desta Nação quase milenar, que na triste panorâmica moral actual, premeia e branqueia os maus comportamentos e delitos dos poderosos e castiga sem dó nem piedade os mais desprotegidos desta sociedade cada vez mais desigual.

O mais triste e degradante é que aqueles que, pela elite a que pertencem, deveriam pautar a sua conduta pelos ditames do dever e da honra, dando o exemplo aos seus subordinados, são os que praticam as maiores desonras para a Pátria e para a própria instituição militar, e que a hierarquia venha publicamente demonstrar o seu apoio e procurar branquear a sua pobre conduta, apontando-o como exemplo a seguir.

(Leitor devidamente identificado)▲

Direito à liberdade religiosa na ZMM

Permitam-me tecer algumas considerações sobre o título em epígrafe, publicado no n/ jornal n.º 86 Junho/Julho (pág.12):

1 – Quanto a mim, pelo que li, não foi posta em causa a liberdade religiosa. O que a liberdade não deve é implicar custos ao erário público.

2 – Quem quiser ir a Fátima, ou qualquer outro santuário, que o faça a expensas suas. Chamar a uma peregrinação a Fátima uma “Missão Militar” é uma ofensa àqueles que cumprem ou cumpriram missões militares, na verdadeira acepção do termo, com risco da própria vida.

3 – Ao não serem pagas as despesas relativas à dita “missão” (a viagem já era grátis) não se está a pôr em causa o art.º 42.º da CRP – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, DE RELIGIÃO E CULTO, porquanto não há privação dos aludidos direitos. Apenas não se pagam caprichos ou vaidades, que é o que são tais “peregrinações”.

4 – Para que não haja dúvidas, sou católico, vou regularmente a Fátima, mas à minha custa e isoladamente, sem fazer alarde das minhas convicções. Nunca fui a Lourdes (França), nem ao Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada (o que muito gostaria de fazer) porque é dispendioso e não me atrevo a exigir da Instituição Militar que pague a satisfação dos meus desejos. Saibamos ter os pés bem assentes na terra.

Sem mais, com respeitosos cumprimentos, subscrevo-me

A.A.L. – SMOR/Ref ▲

Comemorações no âmbito do Dia Nacional das Praças das Forças Armadas

N uma iniciativa da Associação de Praças e do Clube de Praças da Armada, decorreu no passado dia 12 de Setembro, no Auditório do Centro Cívico do Feijó, o lançamento do livro “A Revolução de Abril – As Praças da Armada”.

A obra, que tem a coordenação das Praças José Boto, José Brinquete, José Bruno e Vítor Lambert, pretende esclarecer, divulgar e relembrar a participação dos Marinheiros no processo revolucionário, inseridos na sua organização de classe, a CDAP – Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças, publicando ainda, em primeira mão, os documentos do 2.º Grande Plenário de Praças da Armada.

A iniciativa, muito participada, que encheu os cerca de cem lugares do auditório, contou com a presença das entidades do Poder Local Democrático, representantes da Armada e dirigentes de várias associações e clubes militares, bem como de muitos militares envolvidos nos acontecimentos revolucionários que relembraram com emoção os factos ocorridos na época.

O evento foi encerrado com uma sessão de autógrafos e um Porto de Honra, em são convívio entre todos os presentes.

No dia 13 de Setembro decorreu a sessão solene comemorativa do 78.º aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, assinalando-se assim mais um Dia Nacional das Praças das Forças Armadas.

O evento decorreu junto do Monumento ao Marinheiro Insubmisso, próximo do edifício da União das Freguesias Feijó e Laranjeiro, e contou com a presença de várias entidades, nomeadamente representantes do Poder Local Democrático e das Chefias Militares, das associações e clubes militares e outros organismos congéneres, tendo sido presidida pelo convidado de honra, Capitão-de-Mar-e-Guerra Almeida Moura, militar de Abril.

A cerimónia contou com a participação da Fanfara do Corpo de Fuzileiros da Marinha.

Feitas as intervenções do convidado de honra e do presidente da Associação de Praças, decorreu a deposição de coroas de flores junto ao monumento, tendo encerrado a cerimónia com o Hino Nacional, após o que teve lugar o almoço comemorativo, a entrega de prémios do Concurso de Pesca e um animado baile. ▲

“As palavras”

Eu quero escrever mas as palavras não saem. Eu quero escrever mas elas não aparecem. Mas, eu quero escrever!

Quero que alguém as leia. Quero que estas os ajudem a julgar e que os façam pensar que há sempre algo para mudar mas não sou capaz! Não sou capaz!

Podia escrever sobre coisas da minha vida, coisas que fiz e que fazem parte de mim. Podia talvez, falar do meu trajecto, da minha família, dos meus amigos, falar daquilo que fiz com eles e para eles. Mas, não é neles que estou a pensar, para eles as palavras chegam como a corrente de um rio dos “grandes”. Sobre eles é fácil, muito fácil escrever, muito fácil mesmo!

Onde pára a palavra? Sim, aquela que nos era dada como sendo uma verdade absoluta, aquela que apenas tinha um significado, aquela em que eu acreditava sem questionar, aquela que me fazia sentir confiante e com perspectivas para o futuro. Onde andas?

Eu ainda quero escrever. Desconfio que ela se esconde porque está ferida, porque perdeu força, sente vergonha e acha que já não é precisa. No entanto, nós não somos nada sem elas – as palavras.

Pergunto-me inúmeras vezes o que aconteceria se nos abeirássemos do nosso filho, por volta dos seus dez anos de idade e lhe disséssemos que tudo o que lhes havíamos

dito até àquela data já não era verdade. Que tudo o que lhe foi ensinado na Escola, durante quatro longos anos, já não era assim. Mais. E se, por volta dos vinte e poucos, lhe disséssemos que aquilo em que ele esteve sempre focalizado, não existe! Que todo o seu esforço e dedicação não lhe servirão quase para nada! Será que ele alguma vez voltará a acreditar na minha palavra?

Porque querem “matar” as palavras? Porque é que as utilizam apenas para proveito próprio? As palavras são de todos e para todos!

Sempre quis escrever! Sempre quis que as minhas humildes palavras ajudassem alguém a julgar. Sempre acreditei que os faria parar para pensar e sentir que, há com certeza, sempre algo para mudar para o bem de todos. Mas, visto a esta distância sinto que a minha palavra não foi tida em conta.

Onde param aqueles que me deram a sua palavra fazendo-me acreditar que valia a pena jurar, que valia a pena o esforço, que valia a pena ser dedicado e íntegro? Porque não me defendem? Porque não se defendem? Eu ainda acredito naquela palavra! Onde estão eles? Não é justo! Porque mataram a palavra? Aquela verdadeira palavra...

Jorge Ferreira ▲



ACR lança livro e organiza congresso homenageando Vasco Gonçalves

A Associação Conquistas da Revolução (ACR) lançou o livro “Vasco – Nome de Abril”, em 18 de Julho, na Casa do Alentejo, em Lisboa, numa sessão em que marcaram presença, para além de familiares do General Vasco Gonçalves, muitos cidadãos, militares e civis, que com ele conviveram e muitos outros que com ele não tendo privado, não deixaram de manifestar a sua solidariedade e admiração. Numa sessão marcada pelas referências ao seu trabalho no curto espaço de tempo em que exerceu as funções de primeiro-ministro de Portugal, ficou gravada na memória dos presentes a forma emotiva como foi lido um texto pelo locutor Cândido Mota.

Depois desta sessão de apresentação do livro na Casa do Alentejo, em Lisboa, outras se sucederam por todo o país.

Recordamos que já a 11 de Junho, assinalando o 9º aniversário do seu falecimento, a ACR tinha promovido no cemitério do Alto de S. João, uma romagem à sua campa que se encontra no Talhão da Liga de Combatentes, onde estiveram presentes a filha, o filho e outros familiares, e muitos cidadãos civis e militares.

Nos passados dias 4 e 5 de Outubro, no Auditório J.J. Laginha, do ISCTE, em Lisboa, a ACR levou a efeito a organização do seu primeiro Congresso sob o lema “Conquistas da Revolução – Homenagem ao Companheiro Vasco, Primeiro-Ministro dos Trabalhadores e do Povo”.

O Presidente da Direcção da ANS foi um dos oradores neste evento, tendo sido solicitado que a sua intervenção tivesse como mote “Resistir na Defesa de Abril”.

Não iremos transcrever toda a intervenção, mas pela oportunidade da mesma face ao momento político e social que atravessamos não podemos deixar de referir as seguintes passagens:

“[...] Quando contactado para vir fazer uma intervenção nesta homenagem, consciente da minha condição de militar no serviço activo e do meu jurado compromisso com a Constituição da República, não ousei escrever qualquer coisa que não reflectisse o que sinto relativamente ao General Vasco Gonçalves [...]. Para o escrever fui beber a duas fontes: aos livros “Um General na Revolução” e “Vasco – Nome de Abril”, particularmente no que se refere aos militares e à Constituição.

Assim permitam-me que comece por referir os excertos que assinalei. Numa entrevista concedida a Viriato Teles, Vasco Gonçalves reflectia assim sobre a liberdade: “A liberdade não se define ou não se consubstancia, apenas, nos direitos políticos, no direito de poder falar livremente, no direito de opinar e contestar ou de se organizar colectivamente sem ser preso. A liberdade não existe de per si. São necessárias estruturas políticas, económicas, sociais, culturais que garantam o exercício das liberdades consagradas na Constituição. O desemprego, a miséria, a fome, a falta de instrução, a falta de habitação, as relações sociais de exploração são contrários ao exercício livre da liberdade. (...) As conquistas democráticas alcançadas (...) foram todas consagradas na Constituição da República de 1976. A Constituição é filha da Revolução. [...]”.

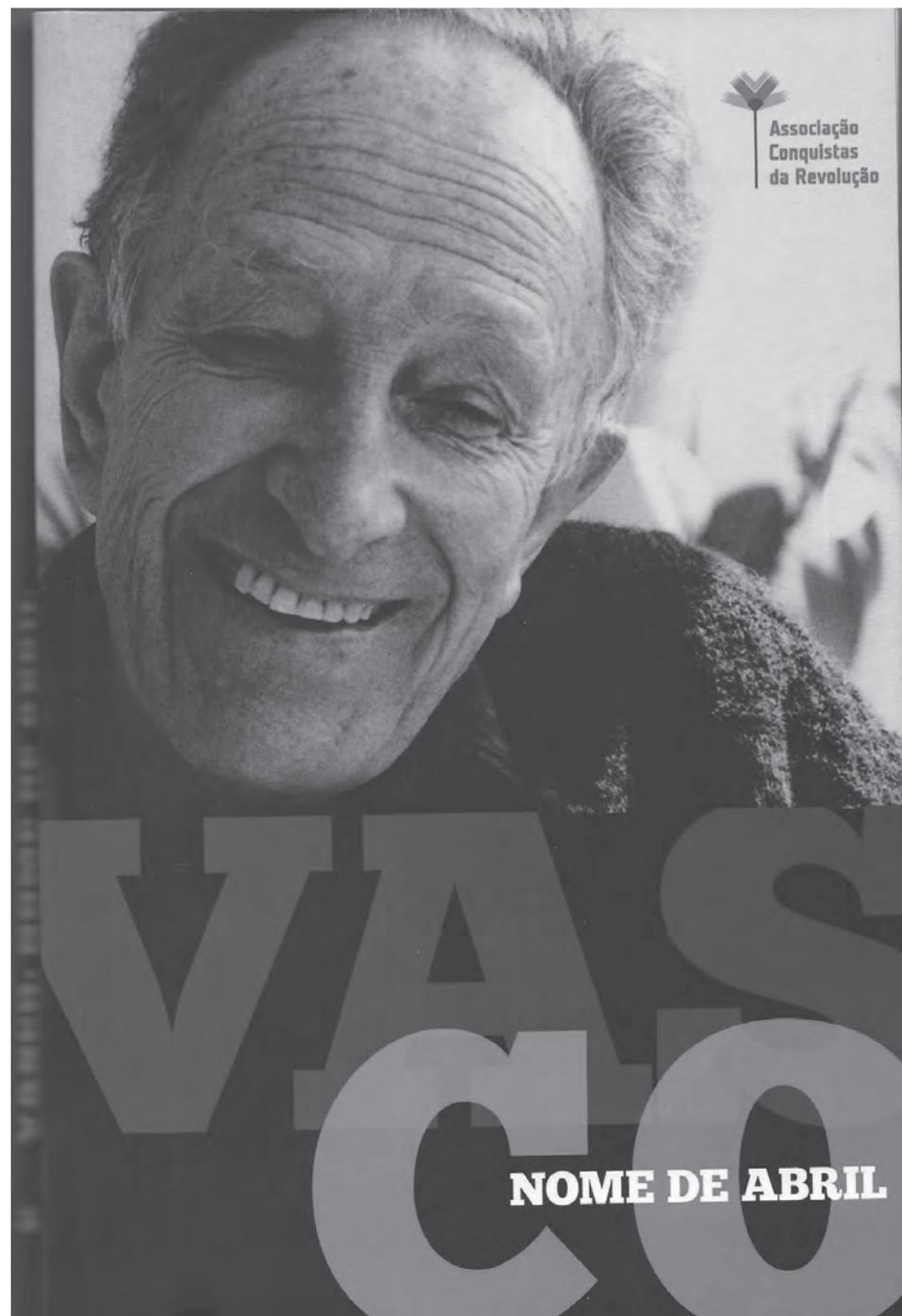
Mas porque é importante que as novas gerações continuem a ouvir falar daquela que considero uma das suas mais importantes intervenções, quero aqui trazer o que Vasco Gonçalves afirmou, no célebre discurso de Almada, quando disse que “moral e política vão de par, não se podem dissociar. [...] É verdade que, procedendo assim, estou a singularizar-me, a destoar na festa provinciana que leva certos políticos a exibirem publicamente as mazelas para suscitem simpatias e apoios e a confiarem mesmo aos mais diversos órgãos de informação estrangeiros os seus hipotéticos pavores, os seus medos apocalípticos e, de um modo geral, por mais que os disfarcem em tiradas de fervor democrático, os seus ressentimentozinhos de ambiciosos frustrados. **Enfim, essa gente é como é e eu sou membro do Movimento das Forças Armadas.** [...] É verdade que em toda a nossa história houve sempre portugueses que, por espírito mesquinho de classe, estiveram de cócoras diante do estrangeiro, prontos a sacrificarem os interesses da Pátria em interesses não nacionais. Todos nós conhecemos o nome de tais homens e execramos-os. Durante séculos e séculos, como bicho dentro da maçã, o partido castelhano corrompeu-os e desfigurou o País até o levar ao opróbrio de 1580. Mais perto de nós foram os integralistas, ora de imitação francesa, ora seguindo os moldes dos figurinos germanófilo e nazi que se entregaram à mesma tarefa. Hoje erguem-se vozes a cantar loas à

Europa, não à Europa dos trabalhadores, claro, mas à Europa dos monopólios e das sociedades capitalistas. Ontem houve quem servisse Castela contra a arraia-miúda, hoje há quem deseje colocar as classes laboriosas portuguesas na situação de fogueiros da fornalha da Europa capitalista. Desprovida de sensibilidade popular, essa gente que não tem, sequer, a fibração nacional de escolher melhor os seus confidentes e os seus cúmplices. Fala a torto e a direito, espalha boatos, implora a intervenção estrangeira nos assuntos pátrios e tudo isso, pretendem eles, porque a nossa revolução está em perigo às mãos do “gonçalvismo”. **Essa gente é o que é e eu sou membro do Movimento das Forças Armadas**”.

Permitam-me que abuse desta afirmação de Vasco Gonçalves e que vos diga que essa gente é o que é e eu sou um militar das Forças Armadas ao serviço do Povo Português e da Defesa da Constituição da

República, a Constituição filha da Revolução, a Constituição de Abril!

E porque o tempo é de “**Resistir na Defesa de Abril**”, termino referindo um excerto de uma entrevista que Vasco Gonçalves concedeu a Armando Pereira da Silva, em 1999, mas contudo sempre actual: “Para mim, sem utopia não há progresso. A utopia sempre precedeu a acção e a luta pelas grandes ideias. Nunca será atingida, mas é um guia para a acção prática. Para estimular o empenhamento na luta pela felicidade do homem. Não há nenhum homem nem nenhuma mulher que não tenham uma utopia na vida. Não fujo à regra... (...) O entusiasmo, a confiança, a esperança, o empenhamento, o sonho que se seguiram ao 25 de Abril devem inspirar-nos na continuação da luta com redobrado esforço pelos ideais que nortearam as conquistas revolucionárias. Numa palavra: manter abertas as portas que Abril abriu: Por elas passa a libertação do Homem!” ▲



continuação da página 6

“O Sargento” - Mas no fundo ainda não houve nenhum organismo Estatal que vos dissesse algo como “o vosso trabalho é excelente, como podemos ajudar?”

Prof. Fernanda Rollo - Não...contamos com a cedência de documentação e apoios do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e de vários arquivos que participam e se envolveram neste projecto, mas não recebemos mais nenhum apoio sobretudo financeiro.

“O Sargento” - Quais seriam as vossas necessidades e o que é que a Professora acha que poderia ser feito em termos de divulgação, lobbies, etc., para que esta exposição e esta ideia não morram por si?

Prof. Fernanda Rollo - O que temos como prioridade para já é a digitalização da Exposição, para a podermos disponibilizar às escolas e autarquias gratuitamente, e nesse sentido já solicitámos mais uma vez a colaboração da AR e do MNE. A disponibilização gratuita da informação obtida acho que é uma responsabilidade da Universidade, e para já a nossa ambição era essa.

Quanto à itinerância da exposição neste momento estamos a tentar assegurar-lá sem apoios que não sejam a vontade das pessoas e das instituições que nos estão associadas, devendo salientar-se que quer o Exército quer a GNR foram absolutamente inexcedíveis nesse apoio, que uma vez mais funciona a nível logístico e cumplicidade, por sentido de responsabilidade social e cívica. Por outro lado estamos a ser solicitados, e isso não podemos fazer sem apoio, a reproduzir esta exposição para divulgação internacional, o que implica grande esforço e trabalho em traduções, tratamento de imagem etc. Devo dizer-vos que a Europeia achou extraordinária a forma como nós em Portugal levámos a cabo estes Dias da Memória, com o reconhecimento do diferenciamento dos levados a cabo por outros Países com meios e envolvimento oficial. O facto de nós termos envolvido especialistas da Academia, para estarem ali a falar com as pessoas, conhecendo bem os temas que estavam a discutir. A Europeia está em contacto com o Cultural Institute do Google para publicarmos esta exposição em termos internacionais, o que de alguma maneira é também um reconhecimento, e suscita de nós ainda mais esforços, dos voluntários que fizeram tudo isto gratuitamente, mais dos serviços da AR, Exército e GNR, que conosco colaboraram.

“O Sargento”- Como investigadora da História Contemporânea, como explica a ausência dos programas de ensino oficial do papel preponderan-

te das Forças Armadas Portuguesas (FFAA) na vida deste País, nomeadamente na primeira tentativa de implantação da República em 1891, na própria implementação em 1910, durante a PGG, e até nas Guerras Ultramarinas? Não lhe parece que isto se traduz numa cultura por parte da população que se torna bastante alheia, se não mesmo antagonista às suas FFAA?

Prof. Fernanda Rollo - Acho que é um deficit crónico... acho que de há muitos anos a esta parte a falta de uma política de formação eficaz, e de aposta de formação cultural de forma generalizada, evidentemente com uma componente científica forte, para a população em geral, tem fracassado sucessivamente. No princípio do Séc. XX Portugal tinha uma taxa de analfabetismo superior a 80%, e não esqueçamos que os alfabetizados não precisavam saber escrever, apenas ler e alguns sabiam assinar o seu nome, isto distancia-nos muitíssimo e posiciona-nos muito mal relativamente às nossas oportunidades em matéria de desenvolvimento. A Primeira República tentou contrariar, com uma taxa de sucesso relativamente contida, a seguir a isso diminui-se o ensino escolar obrigatório, mantendo a educação em níveis muito modestos. O 25 de Abril é uma ruptura notável nesse sentido, é um dos balanços mais positivos, apesar de muitas coisas não terem corrido bem, nomeadamente as sucessivas reformas no sistema educativo, mas não há comparação ao que existia no passado.

Estamos longe de cumprir, temos um défice quanto a mim dramático em matéria de cultura histórica, e vejo com muita dificuldade que sem um passado e sem um conhecimento do que tem a ver com essa continuidade, se consiga reflectir de forma consistente sobre o futuro e mesmo sobre o presente. Há uma certa desresponsabilização sobre a formação de base da população em geral, que tem um reflexo e que tem uma componente muito forte no que diz respeito à sua cultura histórica. Daí o nosso empenho continuado na disponibilização gratuita dos conteúdos junto das populações. A excelência não emerge do nada, emerge dum processo persistente, contínuo, alargado, e só a partir daí é que podemos sair para patamares de excelência. Se olharmos para os países mais desenvolvidos veremos que estes nunca abdicaram de uma aposta muito franca na cultura, na formação, etc.

“O Sargento” - Obrigado Professora, pela simpatia e disponibilidade. Votos de muito sucesso para os vossos projectos. ▲

Eleição para os Órgãos Sociais da ANS

Como é sabido, e salvo circunstâncias extraordinárias, os mandatos para os órgãos dirigentes da Associação Nacional de Sargentos têm a duração de dois anos. Como é comum dizer-se, “o tempo não pára” e nesse sentido estamos a chegar ao fim de mais um ciclo, ao fim de mais um biénio.

Uma vez mais, a massa associativa da ANS será chamada a pronunciar-se, livre e democraticamente, na escolha daqueles que por um período de dois anos terão como missão a direcção e gestão dos destinos desta associação representativa de uma classe de militares – os Sargentos – que tanto tem dado à nossa história.

Assim, no próximo dia 31 de Janeiro de 2015, irá decorrer a Assembleia Geral Eleitoral para a eleição dos Órgãos Sociais da ANS que conduzirão os seus destinos no biénio 2015/2016.

Encontra-se desta forma aberto o espaço para apresentação de listas de candidatura a estas eleições, conforme o previsto nos Estatutos e no Regulamento Interno Geral da ANS.

De acordo com o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral as listas de candidatura deverão dar entrada na

sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até às 18H00 do próximo dia 9 de Janeiro de 2015.

Ainda de acordo com o texto do Regulamento cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger com a identificação dos seus componentes (nome, idade, categoria, ramo, local onde presta serviço e número de associado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação dos dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, 100 (cem) associados, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

Esta Assembleia Geral Eleitoral irá decorrer a par da sessão comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” que, para além de se realizar em dezenas de locais por todo o país durante mais de duas semanas, terá a sua comemoração central na manhã do dia 31 de Janeiro de 2015, Sábado, em Lisboa, na Casa do Alentejo, local emblemático na luta que a ANS vem travando ao longo dos anos na defesa dos direitos dos seus representados e respectivas famílias. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 3 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar na Casa do Alentejo, Rua das Portas de Santo Antão, 58, em Lisboa, no dia 31 de Janeiro de 2015, pelas 09:00 horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2015/2016 (Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal).

A Assembleia de Voto funcionará das 09.00 às 13.00 horas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2014

O presidente da Assembleia Geral (em exercício)

José Fernandes Gonçalves

EUROMIL – PRESIDIUUM DE ROMA

Direitos dos Militares Europeus

O Presidium de Outono da EUROMIL realizou-se nos dias 16 e 18 de Outubro, em Roma. Com a presença de mais de 100 delegados de 21 países europeus, os trabalhos decorreram sob o tema global dos direitos dos cidadãos em uniforme, nomeadamente do direito de associação. A ANS esteve representada por António Lima Coelho e Luís Bugalhão.

A este propósito, esteve em destaque a recente decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que, num caso que opunha a associação francesa Adefdromil ao estado francês, declarou que o direito de associação é um direito fundamental cujo exercício não pode ser vedado a ninguém, ainda que no caso dos militares possa sofrer algumas restrições. As implicações deste acórdão são vastas, surgindo à cabeça uma evidente consequência: nos vários países europeus onde ainda é proibido aos militares constituírem-se em associações e/ou sindicatos para defenderem os seus interesses socioprofissionais, esta decisão é uma aliada forte daqueles que lutam pelo direito de associação para os militares. Por exemplo, em Itália, país fundador da EUROMIL, mas que ainda não viu consagrada na sua legislação a possibilidade dos militares se associarem enquanto tal.

Houve igualmente espaço para o trabalho interno: Simon Devereux (PDFORRA, Irlanda) deixou o seu lugar no Board, por se ter reformado, sendo substituído pelo eleito neste Presidium Thomas McCarthy, da mesma associação; duas organizações, a ASNS/AFITU (Sérvia) e a SOVCG (Montenegro), tornaram-se membros efectivos; a ATME (Espanha), a NEZAVISNOST (Sérvia) e a TAS (Turquia) foram admitidas como observadoras. A admissão da associação turca gerou alguma controvérsia, principalmente entre as organizações cipriotas, uma vez que Chipre e Turquia (e a Grécia) mantêm um conflito devido à ocupação pela Turquia de cerca de um terço do território cipriota desde 1974. Como explicaram, quer Emmanuel Jacob, quer Flemming Vinther, respectivamente Presidente e vice-Presidente do Board, mais do que as políticas de cada país, o importante é defender os soldados. É esse o papel da EUROMIL! e a pretensão dos representantes da TAS foi aceite, apesar dos votos contra das associações cipriotas.

Foi reservada uma janela de tempo durante os trabalhos para reuniões regionais. Existem, sob a capa da EUROMIL, várias organizações regionais. As APM portuguesas pertencem (a AOFA está em fase de adesão) ao Fórum Mediterrânico (FMMA, na sigla em inglês). Países como a Grécia, Espanha, Chipre, Portugal ou Itália, partilham muitos problemas no que se reporta ao associativismo militar. Da reunião tida neste Presidium saiu um documento, apresentado durante os trabalhos, no qual se exige um maior empenho dos Governos dos países do sul da Europa no cumprimento das directivas europeias sobre os direitos dos militares. No mesmo documento solicita-se à EUROMIL, como interlocutor privilegiado junto das instâncias europeias (Conselho da Europa, OSCE,...), que agende conversações em que representantes

do FMMA possam estar presentes para que, de viva voz, digam de sua justiça, com vista a que os nossos Governos não insistam em defender uma coisa *na Europa*, e o seu contrário quando regressam aos respectivos países.

Numa prática já com alguma tradição nestas reuniões bi- anuais, da agenda do Presidium de Roma constou a realização de um workshop, na tarde de Sexta-feira, sob o tema (em tradução Livre) *“Meio Ambiente e Guerra: o caso do DU (urânio empobrecido) e outras substâncias tóxicas militares”*. Durante os trabalhos desta sessão analisaram-se as posturas da UE e da ONU sobre o assunto *‘urânio empobrecido’*, com a correspondente posição da EUROMIL a ser também afirmada, apresentou-se um caso de estudo em Salto di Quirra, Sardenha, Itália, local usado para testes com armamento pesado, onde se registaram **vários casos de doença** entre a população da ilha correlacionados com essa actividade e, por último, foi apresentado o problema do amianto em instalações militares e as suas consequências para o meio-ambiente e para a saúde de quem trabalha ou presta serviço nessas instalações.

Finalmente, na manhã do dia 18, **sábado, os trabalhos foram encerrados após um discurso/apresentação** da eurodeputada Ana Gomes com o título *“Defender os direitos dos soldados no Parlamento Europeu?”*. Seguido de debate, houve oportunidade para os delegados colocarem várias questões relacionadas com o assunto, tendo Lima Coelho confrontado a palestrante



com a diferença entre a postura dos responsáveis políticos portugueses nos corredores das instituições europeias, e o que efectivamente fazem depois, na prática, quando regressam ao seu país e à sua realidade nacional. Aliás, no seguimento desse debate, e já durante o almoço, as delegações das APM portuguesas expuseram à eurodeputada o gritante incumprimento da Lei praticado pelas tutelas de vários Governos que não informam sobre, nem integram aquelas associações nos trabalhos das alterações legislativas que afectam as suas carreiras e vidas pessoais, nomeadamente no que respeita às alterações do EMFAR. Como fruto desse almoço de trabalho e das exposições dos delegados das APM, foi agendada uma sessão debate sobre essa matéria (EMFAR, secretismo dos trabalhos, incumprimento da Lei), em Lisboa, no Centro Europeu Jean Monnet, o que viria a acontecer na manhã do dia 10 de Novembro (ver caixa).

O próximo Presidium, na Primavera de 2015, será, em princípio, na Grécia. ▲

Governo não cumpre a Lei

Agendada em Roma durante os trabalhos do Presidium da EUROMIL, realizou-se no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa, no passado dia 10 de Novembro uma sessão debate sobre o EMFAR e sobre as previstas e eminentes alterações nesse documento estruturante para a vida dos militares. Moderada pela eurodeputada Ana Gomes, os palestrantes das APM portuguesas (Lima Coelho, ANS; Manuel Cracel, AOFA; e Luís Reis, AP) expuseram sobre o ataque à condição militar em curso desde 2005, sobre o incumprimento da Lei Orgânica 3/2001 – *“Lei do direito de associação profissional dos militares”*, e sobre vários problemas que afectam a Família Militar, da assistência social e na doença, ao sistema retributivo, passando pelo desinvestimento em equipamento e recursos humanos.

Sempre recolocando o debate no secretismo que envolve o processo de alteração do EMFAR, Lima Coelho sublinhou todos os aspectos negativos que urge melhorar no documento. Insistiu no incumprimento da Lei por parte da tutela, realçando que era fácil fazer melhor se as APM fossem ouvidas e participassem nos trabalhos. Dignas de realce foram também as intervenções dos camaradas José Pereira, que destacou a enorme quantidade de legislação avulsa publicada de 2005 para cá, sub-repticiamente, fazendo temer que o novo EMFAR possa coligar todas essas alterações prejudiciais e atentatórias da Condição Militar, e Mário Ramos, quando este desmontou a falácia do aumento de verbas para a Defesa inscrito na proposta de Orçamento para 2015, demonstrando com evidência que o que os portugueses pagam com os seus impostos para a Defesa vai diminuir no próximo ano.

Apesar da ausência de deputados pertencentes à Comissão de Defesa da AR (que estava reunida nessa hora/dia no Parlamento), houve cerca de três dezenas de participantes na assistência, das quais se destaca a presença (única, entre os três ramos e EMGFA) dum representante oficial do CEMA. Foi uma sessão produtiva que certamente ajudou a luta pela Dignificação da Condição Militar, principalmente porque se inseriu na mais concreta *folha de obra* de combate ao secretismo que envolve a alteração ao EMFAR e ao incumprimento da Lei que este MDN e este Governo têm praticado desde o início do seu mandato. ▲

ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Apesar de termos entrado no período de Verão, mais propício a férias, lazer e descontração, tal não foi possível para todos os portugueses. E no caso vertente dos militares, mais difícil se tornou não só pelas gravosas medidas com que continuamos todos nós a ser “presenteados” mas sobretudo pelas alterações à legislação fundamental para os militares e sua Condição. Algumas destas medidas foram já formalizadas e publicadas em Diário da República, outras continuam a ser “trabalhadas”, à revelia dos militares a quem se vão aplicar, tratadas com preocupante secretismo, às escondidas, eventualmente por um qualquer “turno da noite” mas com o beneplácito e a cumplicidade das chefias militares. Tal situação obrigou-nos a manter uma intensa actividade da qual apresentamos aqui um pequeno resumo:

06JUL – Cerimónia do 27º Aniversário da ASMIR, no Entroncamento. ANS representada por L.Coelho e M.Pereira;

07JUL – Vigília de Jornalistas junto ao DN, em Lisboa. Solidariedade apresentada pela ANS com uma delegação composta por L.Coelho e A.Martins;

10JUL – Reunião de Sargentos no Porto. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, M.Pereira, F.Silva, J.Torres, J.Mota e J.Ferreira;

15JUL – Manifesto pela Eradicação da Pobreza, concentração no Rossio. ANS representada por L.Coelho e A.Mrtins;

16JUL – Audiência com General CEMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, J.Pereira e J.Fernandes;

17JUL – Audiência com General CEMGFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, A.Taveira e M.Pereira;

17JUL – Reunião de Sargentos na Ota. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

17JUL – Porto de Honra de solidariedade com o presidente da APG/GNR, no Porto.

ANS representada por J.Torres e A.Nabais;

18JUL – Cerimónia de apresentação do livro “Vasco – Nome de Abril”, da ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

22JUL – Almoço com Sargentos da Direcção de Finanças do Exército, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos e J.Fernandes;

22JUL – Reunião com Sargentos na Ota. ANS representada por L.Coelho;

23JUL – Almoço com Sargentos na Base Naval de Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Taveira;

28JUL – Audiência com General CEME. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira e V.Geitoeira;

04SET – Almoço com Sargentos do EME, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e M.Pereira;

11SET – Cerimónia promovida pela ANAFS, no Cais da Rocha, em Lisboa, alusiva aos 100 anos da 1ª GG. ANS representada por A.Taveira;

11SET – Apresentação do livro “Somos Pobres mas Somos Muitos”, na Casa da Imprensa, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

12SET – Apresentação do livro “Revolução de Abril – Praças da Armada”, na JF do Feijó. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira, J.Pereira e J.Bernardo;

13SET – Cerimónias do Dia da Praça, no Feijó. ANS representada por J.Pereira;

15SET – Reunião conjunta entre as quatro APM (ASMIR, ANS, AOFA e AP), na delegação da ASMIR, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

24SET – Reunião com Sargentos, em Sintra. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e P.Contreiras;

27SET – Cerimónia de Homenagem aos Tarrafalistas, promovida pela URAP, no cemitério A.S.João, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

28SET – Corrida/Marcha pela Paz, promovida pela Liga de Combatentes e pela ADFA,

em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

01OUT – Jornada de Trabalho na sede da ANS, preparatória do VII Encontro Nacional de Sargentos;

04OUT – VII Encontro Nacional de Sargentos, no Hotel Fénix, em Lisboa;

04OUT – Homenagem aos “Nove Bravos Sargentos da Rotunda”, promovida pela ANS, na Rotunda do Marquês de Pombal, em Lisboa;

05OUT – Cerimónia de encerramento do Congresso da ACR, no ISCTE, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

08 e 09OUT – Seminário promovido pela AOFA, sobre “Saúde Militar”, na Faculdade de Farmácia, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e C.Colaço;

10OUT – Reunião de Sargentos no Funchal, Madeira. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, J.P.Santos, J.Mendes e S.Olim;

14OUT – Audiência com Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira e L.Bugalhão;

16, 17 e 18 OUT – 110º Presidium da EUROMIL, em Roma – Itália. Delegação da ANS composta por L.Coelho e L.Bugalhão;

25OUT – Sessão/Debate sobre o OE2015, promovida pelo CSA, na Delegação nº 1, no Feijó. ANS representada por J.Pereira, J.Gonçalves, J.Bernardo e A.Martins;

28OUT – Cerimónia da apresentação do livro “Corredor da Morte”, de Mário Gaspar, na ADFA. ANS representada por L.Coelho;

28OUT – Cerimónia na biblioteca da Assembleia da República do lançamento do livro “Ensinar, Defender, Julgar” de um colectivo de entidades. ANS representada por L.Coelho;

29OUT – Audiência com o Grupo Parlamentar do PS, conjuntamente à ANS e à AP. Delegação da ANS composta por L.Coelho e M.Ramos;

31OUT – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho e

J.Gonçalves;

04NOV – Sessão Pública sobre “Direitos dos Trabalhadores e Progresso Social”, a convite da Direcção do PCP, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

06NOV – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L.Coelho e M.Ramos;

07NOV – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira e J.Gonçalves;

07NOV – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira e J.Gonçalves;

07NOV – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira e J.Gonçalves;

08NOV – Cerimónia promovida pela Liga de Combatentes, em Belém, comemorativa do 96º aniversário do Armistício da 1ª Grande Guerra, do 91º aniversário da Liga de Combatentes, do 40º aniversário do fim da Guerra Colonial e evocativa do centenário da 1ª Grande Guerra. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

10NOV – Audiência Pública promovida pela eurodeputada Ana Gomes, no Centro Jean Monet, em Lisboa, sobre o EMFAR e a lei do Associativismo Militar, sendo oradores os três presidentes das APM;

10NOV – Sessão Pública no âmbito do 40º aniversário do 25 de Abril e do 101º aniversário de Álvaro Cunhal, no auditório da estação de Metro do Alto dos Monhos, a convite da Direcção do PCP. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e A.Martins;

12NOV – Reunião de Trabalho entre as Direcções da APG/GNR e da ANS, na sede da APG, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, J.Gonçalves e L.Bugalhão;

13NOV – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L.Coelho e A.Taveira;

14NOV – Reunião das Direc-

ções das APM na sede da AP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

15NOV – Cerimónias de encerramento das Comemorações do 40º aniversário da Revolução do 25 de Abril, da Zona Oriental de Lisboa, na ACDEO, nos Olivais, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira e L.Bugalhão;

17NOV – Reunião de Trabalho com Sargentos, em Évora. ANS representada por L.Coelho;

22NOV – Encontro de Militares no ISCTE, em Lisboa, sobre as preocupações decorrentes das alterações ao EMFAR;

27NOV – Reunião de Trabalho com Sargentos, em Viseu. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e R.Lopes;

29NOV – Cerimónia na Assembleia Municipal de Oeiras de apresentação do livro “Militares e Política – O 25 de Abril”. ANS representada por L.Coelho.

No momento do fecho desta edição estão em preparação as “Primeiras Jornadas Associativas Militares” que terão lugar no primeiro fim de semana de Dezembro e sobre as quais falaremos na próxima edição do nosso jornal. Estão também em preparação as eleições para os órgãos sociais da nossa associação que dirigirão os seus destinos durante o biénio 2015/2016. Estão naturalmente em preparação as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” de 2015. Mas apesar de estarem em preparação estas diversas iniciativas, o que não descuramos é a luta pela defesa da dignidade e respeito pelos direitos dos militares Sargentos e suas famílias. Por isso mantemos uma intensa actividade associativa como puderam por este resumo verificar, embora aqui não estejam referenciadas as diversas reuniões de Órgãos Sociais, de Secretariado, de Comissões Permanentes dos Ramos que vão permitindo que se mantenha guarnecida a trincheira e que prossigamos o combate. ▲

Protocolos ANS

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro

Telefone/Fax: 289828104; TM: 927549339

E-mail: info@omeumedico.pt; site: www.omeumedico.pt

Consultas de:

Dermatologia_70€	Endocrinologia_90€
Nefrologia_70€	Pneumologia_70€
Hipertensão_70€	Ortopedia_70€
Urologia_70€	Psicologia_60€
Imuno-Alergologia_70€	Cons. subsequente_40€
Pediatria_70€	Terapia da Fala_50€
Neurologia_70€	Cons. subsequente_30€
Cons. subsequente_60€	Nutrição_50€
Reumatologia_70€	Cons. subsequente_40€
Hematologia_70€	Medicina Geral_40€

Pretendemos ser um espaço de saúde inovador, com atendimento personalizado, acessível, conveniente e adequado às necessidades de saúde na nossa cidade e região. Temos horário alargado das 9-21 horas de segunda a sexta-feira e estamos situados na rua da PSP nº 36, em frente à entrada do Jardim da Alameda João de Deus, em Faro. Na zona existe facilidade de estacionamento.

30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, mediante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA

TEL. 217993624 - FAX. 217932630

Tabela de descontos para associados e familiares.

Aros e lentes (óculos) 30% desconto,

Óculos de sol 20% desconto,

Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto

Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.

Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos

Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.

Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja

2665-258 Malveira

www.idealopticalmalveira.com

Tel./Fax: 219 660 377 Tm: 968 634 959

E-mail: idealopticalmalveira@sapo.pt

Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.

Consultas:

- Optometria grátis (mediante marcação);

- Contactologia grátis (oferta 1º par);

- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);

- Medição da Tensão Ocular

Facilidades de pagamento sem juros.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104

1900-094 LISBOA

Tel. 218038023 Fax. 218121759

eusilpharma@gmail.com

Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50 euros, para associados e familiares.

Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.

(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes.

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6ºDto.

1250-195 LISBOA

Jorge Fonseca – 961355424- 213513890

jorge.fonseca@ema-partners.com

www.ema-partners.com

A presente proposta de Career Coach tem por objetivo assessorar em condições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS), seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Estrangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus timings de JOB SEARCH. (Consultar www.ans.pt).

Águas do Gerês

- Hotel, Termas e Spa

Condições especiais

Contactos:

Tel: 253391113/253390190

ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis

Escapes

■ENTOESCAPES,LDA

Zona Industrial do Entroncamento, EN 3

2330-909 Entroncamento

Acessórios

■GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e

Luís Falcão de Sommer, 30-A

(gaveto)

2330-141 Entroncamento

Videoclube

■CINETEKA.COM

Parque das Nações, Av. do Me

diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E

1950-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■HALIOTIS

Av. Monsenhor Manuel Bastos,

Hotel Praia Norte

2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■LUBIDENTE

Rua Professor Noronha Feio,

12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■José de Oliveira F. Gonçalves

Rua João Pinto Ribeiro,

Clínica VIDAMED

Largo Filinto Elísio 2B

2805-141 Cova da Piedade, Almada

Telefone – 210889704/5 Telemóvel – 936547199

www.vidamed.pt - geral@vidamed.pt

Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para consultas de especialidade/serviços.

Especialidade	1ª consulta	Seguintes
Acupuntura	25€	
Clínica Geral	30€	25€
Dermatologia	40€	35€
Endocrinologia	40€	35€
Fisiatria	40€	35€
Fisioterapia	20€	
Ginecologia	60€	56€
Imunologia	40€	35€
Medicina Estética	20€	
Medicina Interna	40€	35€
Musicoterapia	30€	25€
Nutrição	30€	25€
Ortopedia	40€	35€
Pediatria	40€	35€
Pedopsiquiatria	40€	35€
Psicologia Clínica	30€	25€
Psicoterapia Grupo	40€	mensalidade
Psicologia infantil	30€	25€
Psiquiatria	40€	35€
Reumatologia	40€	35€
Terapia da Fala	20€	15€

Paiva Raposo & Martins Pisco

Imagiologia

R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v

(Largo da J.F.)

2675-277 ODIVELAS

Telefone – 213474328 – 213461916

geral@prmp.pt

Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de desconto sobre o preço particular.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ

1495-241 ALGÉS

Telefone – 808252000

www.homeinstead.com.pt

Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais; 10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Dentinhos e Dentes – Medicina Dentária, Lda.

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de sócio, a usufruir das seguintes vantagens:

1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não inclui tratamentos, prescrição ou radiografias]

2- Orçamentos e Planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estudos no âmbito das especialidades]

3- Aplicação de fluor ou jacto de bicarbonato gratuitos [Nota: quando realizado em simultâneo com a destaratarização]

4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;

5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;

6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;

7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas

[endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia, etc.]

8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Implantologia e Prótese]

9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pagamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas]

A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vantagens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:

a) Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:

Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A

3050-083, Barcouço, Mealhada

Telefone. 239 913 169

Telemóvel: 969 508 327

Lt. 2-10º C

1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■Mestre Francisco Pereira

Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica,

entre outras áreas.

Em Lisboa, junto à saída do

Metro em São Sebastião

TM- 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia

e Neuropsicologia

www.quintinoaires.pt

Av. Almirante Reis 106-3º

1150-022 LISBOA

Tel: 218124226

quintinoaires@quintinoaires.pt

E-mail: barcouco@dentinhos.pt

b) Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:

Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 R/c

3060-094, Cadima, Cantanhede

Telefone: 231 422 028

Telemóvel: 969 508 326

E-mail: cadima@dentinhos.pt

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à ANS com alargamento ao seu agregado familiar.

Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário. (Consultar www.ans.pt).

Porto Salus Residências Assistidas

Herdade de Negreiros

Brejos de Azeitão

2925-080 Azeitão

Tel: 210 495 680

www.portosalus.com

www.grupovisabeira.com

Os membros da Associação Nacional de Sargentos e respectivo agregado familiar, que venham a ser alojados na Porto Salus Residências Assistidas, têm uma redução de 15% sobre os preços da tabela de mensalidades em vigor para o tipo e condições de alojamento contratualizados.

Agência Funerária Eterna Trindade

www.eternatrindade.pt

geral@eternatrindade.pt

SEDE

Avenida Elias Garcia, Lote 12, (de frente à Igreja da Charneca da Caparica)

2820-222 Charneca da Caparica

Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28

Fax: 21 296 25 28

FILIAL

Avenida 23 de Julho, nº 413 A/B (zona central do Laranjeiro)

2810-292 Laranjeiro

Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28

Fax: 21 296 25 28

Desconto de 40% na prestação de serviços fúnebres a associados e familiares

CEMEFI

Clínica de fisioterapia

Avenida Manuel Figueiredo Lote7 r/c Esq

2350-771 Torres Novas

cemefi.fisio@gmail.com

Tel/Fax: 249 826 155

Desconto de 10% a todos os associados, colaboradores e familiares, de forma a que consigam ter acesso a um serviço de saúde de qualidade. Para usufruírem deste desconto é necessário que façam prova da situação em causa através de um recibo de vencimento ou outro documento que comprove a situação (cartão de sócio). Este desconto não é acumulável com outras campanhas existentes.

Clínica Dentisaúde

Clinica Dentaria

Rua Sanches Coelho

Loja 3 C/D Lisboa 1600-201

(à Av. Das Forças Armadas - direcção Rotunda de Entrecampos)

Tel. 21 795 86 20

E-mail: info@dentisaude.com.pt

http://www.dentisaude.com.pt/

10% de desconto sobre valor remanescente da ADM (5% em próteses, ortodontia e implantes). Uma destaratarização gratuita após 1º tratamento dentário.

NOTA: Para obteres mais informações, coloca as questões através dos contactos habituais ou consulta em <www.ans.pt> e <www.facebook.com/ANSargentos>. ▲

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.

Av. República 41-3º Sala 306,

1050-187 LISBOA

www.emaratravel.pt

Tel: 210995590 Fax: 211918699

geral@emaratravel.pt

Desconto de 5 a 8% em vários Operadores Turísticos.

Desconto de 8 a 10% na programação própria.

Desconto de 6 a 8% em Rentacar.

Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS

Tel: 21 815 4966

Fax: 21 815 4958 ▲

31 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DO SARGENTO

Dia de Afirmação e Luta!

A Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 ocorreu numa situação política com vários pontos de contacto com a realidade vivida hoje pelos portugueses: grave crise económica e social; os governos sucediam-se a um ritmo alucinante, ora dirigidos pelo Partido Regenerador, ora pelo Partido Progressista, a sós ou acompanhados pelo Partido Republicano – já na altura existia o “centrão”; a dependência externa era elevada e a monarquia curvava-se perante as exigências das grandes potências, como no caso do “Ultimatum” inglês em 1890.

Em todo o país os patriotas vinham-se organizando para derubar a monarquia, única forma de resgatar Portugal do descalabro económico e devolver-lhe a Dignidade perdida, a Soberania ameaçada. Porto, Coimbra e Lisboa eram os locais onde o fervor republicano mais se fazia sentir.



31 de Janeiro
DIA NACIONAL DO SARGENTO

Lisboa, 31 Janeiro 2015
Casa do Alentejo 10h30
Assembleia Geral Eleitoral
Eleições para os Órgãos Sociais Biénio 2015/2016
Comemorações
Almoço convívio

124º ANIVERSÁRIO DA REVOLTA DO PORTO



Os Sargentos da Guarnição Militar do Porto estavam ferrosamente empenhados na organização e dinamização da Revolta, razão pela qual, apesar da derrota, elegemos o 31 de Janeiro como – Dia Nacional do Sargento. Por isso todos os anos

os Sargentos de Portugal, onde quer que se encontrem, comemoram o seu dia, honrando de forma sentida os Heróis da Revolta do Porto.

Mas a nossa comemoração não é um mero acto de exaltação histórica. É também uma

oportunidade de reflexão sobre os problemas que nos afligem nos tempos que correm. É por estas razões um dia de luta pelos nossos direitos, tão maltratados pelos sucessivos governos, principalmente nos últimos dez anos.

Este ano assim irá acontecer com a particularidade de ocorrer simultaneamente o acto eleitoral para o biénio 2015/2016. Acto eleitoral que iniciará um novo ciclo associativo, com uma Direcção renovada, de onde sairá também uma renovação no plano editorial do nosso jornal “O Sargento”.

Será por esta via uma jornada de afirmação do nosso projecto associativo que singrou ao longo dos últimos 25 anos devido à determinação, coragem e unidade dos Sargentos de Portugal.

Os dirigentes, delegados e activistas espalhados pelo país saberão uma vez mais, engrandecer o seu dia nacional, lutando por umas Forças Armadas ao serviço de Portugal, no respeito pela Constituição da República, honrando os nossos antepassados do 31 de Janeiro, para que os nomes dos Sargentos Abílio e Galho, entre outros, não possam ser esquecidos na voragem dos tempos. ▲



Optica Berna Centro Avançado

NATAL 2014

DESCONTO DE 30% EM TODOS OS ARTIGOS

Descontos não acumulam com outras promoções ou protocolos

Visite as nossas lojas na :

Av. de Berna, 24 A
1050-041 Lisboa

Av. de Roma, 48 B
Centro Comercial Roma
Loja 28
1700-348 Lisboa

Marcações / Informações :
Telefone : +351 217 993 624
Email : optica.berna@sapo.pt

Tabela de descontos para associados da ANS e familiares:
Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos de sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.
Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos
Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.
Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

FELIZ NATAL